



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, maio/2010

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

SECRETÁRIO-ADJUNTO

André Luiz Barreto de Paiva Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra

SUB-SECRETÁRIOS

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

EQUIPE

Andresa Costa Biason

Angela Carballido Fernandez

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heliane Bertulucci Fernandes

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Jeanne Vidal de Araujo

Renato Nogueira Starling

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel.: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 16, n. 4, abril 2010. 32 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : , STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O resultado primário do Governo Central em abril foi superavitário em R\$ 16,6 bilhões, contra déficit de R\$ 4,6 bilhões em março. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 19,7 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 3,0 bilhões e R\$ 80,9 milhões, respectivamente.

O resultado primário do Governo Central em abril de 2010 foi superavitário em R\$ 16,6 bilhões, contra déficit de R\$ 4,6 bilhões em março.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2009-2010**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	MAR 2010	ABR 2010	JAN-ABR 2009 2010	
I. RECEITA TOTAL	62.550,3	78.569,9	229.987,9	272.126,5
I.1. Receitas do Tesouro	46.492,6	62.054,3	175.861,0	209.909,3
I.1.1. Receita Bruta (1)	46.767,0	62.589,6	177.003,8	211.875,3
I.1.2. (-) Restituições	-274,4	-445,9	-1.115,5	-1.871,4
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	-89,4	-27,3	-94,6
I.2. Receitas da Previdência Social	15.882,9	16.330,1	53.500,4	61.496,3
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	15.506,0	15.932,4	52.134,6	60.042,9
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	377,0	397,7	1.365,7	1.453,4
I.3. Receitas do Banco Central	174,8	185,5	626,5	720,9
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	9.015,0	11.606,6	38.914,1	44.225,5
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	53.535,3	66.963,3	191.073,8	227.901,1
IV. DESPESA TOTAL	58.094,8	50.387,2	171.549,4	203.203,0
IV.1. Despesas do Tesouro	35.194,5	30.778,8	102.094,6	123.583,5
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	15.159,4	11.972,0	49.921,2	53.493,5
IV.1.2. Custeio e Capital	19.938,8	18.706,9	51.819,4	69.702,0
IV.1.2.1. Despesa do FAT	2.077,7	1.976,5	6.790,3	7.279,4
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	1.080,5	672,1	679,7	3.473,6
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.830,2	1.835,1	6.051,1	7.230,5
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	14.950,5	14.223,3	38.298,3	51.718,7
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio	10.878,7	10.933,6	31.537,0	38.915,7
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	4.071,8	3.289,7	6.761,3	12.803,0
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	96,3	99,9	354,0	387,9
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	22.609,3	19.341,9	68.655,3	78.724,0
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	18.096,7	15.487,8	54.950,7	63.033,4
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	4.512,6	3.854,1	13.704,7	15.690,7
IV.3. Despesas do Banco Central	290,9	266,5	799,5	895,5
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	-4.559,4	16.576,1	19.524,4	24.698,1
VI.1. Tesouro Nacional	2.283,0	19.668,9	34.852,3	42.100,4
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-6.726,4	-3.011,8	-15.154,9	-17.227,7
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	-2.590,8	444,6	-2.816,0	-2.990,5
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-4.135,6	-3.456,4	-12.338,9	-14.237,2
VI.3. Banco Central (6)	-116,0	-80,9	-172,9	-174,6
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			2,02%	2,30%

* Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIACIONES ACUMULADO JAN-ABR %		
DISCRIMINAÇÃO	09/08	10/09
Receitas	-1,7%	18,3%
Tesouro	-5,2%	19,4%
Previdência	11,7%	14,9%
Transferências	-7,1%	13,6%
Receita Líquida	-0,5%	19,3%
Despesas	19,1%	18,5%
Benefícios	13,6%	14,7%
Pessoal	24,2%	7,2%
Custeio e Capital	21,9%	34,5%
FAT	39,9%	7,2%
Subsídios	-58,8%	4,11
LOAS/RMV	21,2%	19,5%
Outras	23,5%	35,0%
Custeio	23,1%	23,4%
Capital	25,8%	89,4%
PIB estimado	3,3%	11,1%

No primeiro quadrimestre de 2010 o Governo Central apresentou superávit equivalente a 2,30% do PIB.

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve crescimento de R\$ 15,8 bilhões (33,8%), passando de R\$ 46,8 bilhões em março para R\$ 62,6 bilhões em abril. Essa evolução decorreu principalmente: i) do acréscimo de R\$ 3,5 bilhões no IRPF reflexo do pagamento da primeira cota ou cota única referente à

declaração de ajuste 2010 (ano base 2009); ii) do crescimento de R\$ 2,6 bilhões na arrecadação do IRPJ e de R\$ 1,5 bilhão na da CSLL em função do pagamento, em abril de 2010, da 1ª cota ou da cota única referente à apuração trimestral desses tributos encerrada em março de 2010 e término, em março de 2010, do prazo legal para pagamento do saldo referente ao ajuste relativo ao ano de 2009; iii) do crescimento de R\$ 800,3 milhões na arrecadação da Cofins; iv) incremento de R\$ 2,9 bilhões na arrecadação de dividendos; v) aumento de R\$ 2,7 bilhões na cota-parte de compensações devido ao recolhimento sazonal, em abril, da participação especial apurada trimestralmente; vi) incremento de R\$ 2,0 bilhões nas receitas diretamente arrecadadas em função, especialmente, do ingresso de R\$ 2,2 bilhões por recolhimento de taxa de fiscalização das telecomunicações.

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 11,6 bilhões em abril, contra R\$ 9,0 bilhões no mês anterior, aumento de 28,7%. As transferências constitucionais totalizaram R\$ 8,3 bilhões, com crescimento de 19,3% frente a março, reflexo da melhor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI) especialmente no terceiro decêndio de março, transferido em abril. Destaca-se também que as demais transferências foram impactadas pela prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal, no valor de R\$ 800,0 milhões (MP nº 485/2010).

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS
BRASIL, 2010 (R\$ milhões)

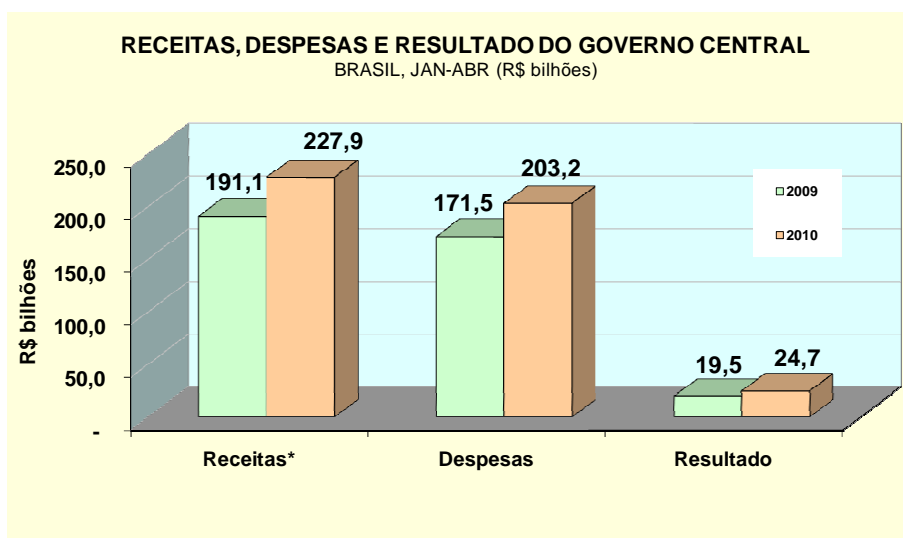
DISCRIMINAÇÃO	MAR/10	ABR/10
Constitucionais (IR/IPI/outros)	6.968,0	8.312,3
CIDE-Combustíveis	-	454,7
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	1.884,5	2.677,1
Total	9.015,0	11.606,6

¹ Inclui auxílio financeiro

Do lado dos dispêndios, verificou-se a redução de R\$ 4,4 bilhões (12,5%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a março. Houve queda de R\$ 2,3 bilhões nas despesas discricionárias, principalmente nos Ministérios da Defesa (R\$ 650,1 milhões), da Educação (R\$ 615,8 milhões) e da Saúde (R\$ 481,6 milhões). Os gastos com pessoal e encargos sociais apresentaram redução de R\$ 3,2 bilhões, explicados principalmente pelo pagamento de sentenças judiciais e precatórios no montante de R\$ 3,1 bilhões em março, contra R\$ 132,0 milhões em abril. Em contrapartida, registrou-se acréscimo de R\$ 1,1 bilhão nas sentenças judiciais e precatórios de custeio e de R\$ 1,0 bilhão em créditos extraordinários, em função da Medida Provisória nº 485, de 30 de março de 2010, com alocação de R\$ 800,0 milhões no Programa Especial de Fortalecimento do Ensino Médio nas regiões Norte e Nordeste.

A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 3,0 bilhões, contra déficit de R\$ 6,7 bilhões apurado em março. A receita líquida do RGPS cresceu R\$ 477,1 milhões. Os benefícios previdenciários, por sua vez, diminuíram de R\$ 22,6 bilhões, em março, para R\$ 19,3 bilhões, em abril (14,5%). Essa variação é explicada pelo pagamento de R\$ 3,7 bilhões de precatórios em março contra pagamento de R\$ 380,5 milhões no mês de abril. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 444,6 milhões no mês, contra déficit de R\$ 2,6 bilhões em março. A parcela rural registrou déficit de R\$ 3,5 bilhões em abril. No mês anterior, esse valor havia atingido o montante de R\$ 4,1 bilhões.

No quadrimestre, o resultado primário do Governo Central foi superávitário em R\$ 24,7 bilhões, contra R\$ 19,5 bilhões registrados em igual período de 2009. Essa evolução reflete o crescimento de R\$ 7,2 bilhões no superávit do Tesouro Nacional, o aumento de R\$ 2,1 bilhões no déficit da Previdência e o incremento de R\$ 1,7 milhão no déficit do Banco Central.



RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, JAN-ABR (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Tesouro Nacional	3,61%	3,92%
Previdência Social	-1,57%	-1,61%
Banco Central	-0,02%	-0,02%
Governo Central	2,02%	2,30%

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 34,9 bilhões (19,7%) relativamente ao primeiro quadrimestre de 2009. Esse aumento é explicado, principalmente, pelas seguintes variações: i) incremento de R\$ 9,2 bilhões na Cofins e de R\$ 1,9 bilhão no PIS-Pasep, refletindo a compensação de débitos no montante de R\$ 2,9 bilhões, às desonerações concedidas em 2009 e ao crescimento no volume de vendas em 2010; ii) aumento na arrecadação de CIDE-Combustíveis (R\$ 2,1 bilhões), IOF (R\$ 2,2 bilhões) e IPI (R\$ 2,1 bilhões) em função de compensações e desonerações aplicadas em 2009 e de alterações na legislação tributária; iii) crescimento na arrecadação da cota-parte de compensações, explicado pela elevação do preço internacional do petróleo, de dividendos e de outras receitas. Estas últimas cresceram em consequência do ingresso de receitas do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 e do pagamento e parcelamento de que trata a Medida Provisória nº 470/2009.

As Transferências a Estados e Municípios apresentaram crescimento de R\$ 5,3 bilhões no primeiro quadrimestre de 2010, frente a igual período de 2009. Os principais fatores explicativos dessa evolução são: i) os repasses de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural; ii) as maiores transferências relativas ao Fundeb (crescimento de R\$ 830,0 milhões) decorrentes do fluxo financeiro desse repasse estabelecido pela Portaria Interministerial MEC/MF nº 408/2009 para o exercício de 2009 e pela Portaria Interministerial MEC/MF nº 1.227/2009 para o exercício de 2010; iii) os apoios financeiros instituídos pela Lei

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS
BRASIL, JAN-ABR (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Constitucionais (IR/PI/outros)	3,27%	3,01%
CIDE - Combustíveis	0,03%	0,08%
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	0,07%	0,06%
Demais	0,66%	0,97%
Total	4,03%	4,12%

¹Inclui auxílio financeiro

nº 12.058/2009 (apoio financeiro aos Municípios) e pela Medida Provisória nº 485/2010 (apoio financeiro aos Estados e ao Distrito Federal); e iv) o incremento de R\$ 605,7 milhões das transferências da CIDE.

No acumulado até abril de 2010, as despesas do Tesouro Nacional cresceram R\$ 21,5 bilhões (21,0%) frente ao mesmo período de 2009. Essa evolução decorreu, principalmente, dos seguintes fatores: i) crescimento de R\$ 3,6 bilhões nas despesas de pessoal e encargos sociais; ii) incremento das despesas discricionárias, as quais se elevaram R\$ 8,5 bilhões; iii) queda dos retornos líquidos no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), que foram de R\$ 2,1 bilhões em 2009, contra R\$ 4,8 milhões em 2010.

Os investimentos cresceram 89,4% em 2010 em comparação a 2009. As despesas com o PAC aumentaram 108,0%.

Cumprе salientar o incremento de R\$ 6,0 bilhões (89,4%) dos investimentos até abril de 2010 relativamente ao mesmo período de 2009, e de R\$ 2,8 bilhões (108,0%) das despesas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Por fim, o déficit da Previdência Social elevou-se em R\$ 2,1 bilhões (13,7%) relativamente ao primeiro quadrimestre de 2009, alcançando R\$ 17,2 bilhões frente aos R\$ 15,2 bilhões apurados no ano anterior. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 8,0 bilhões (14,9%), explicada, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários cresceram R\$ 10,1 bilhões (14,7%).

Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 3,0 bilhões, que corresponde a 17,4% do déficit total do regime, e a parcela rural registrou déficit de R\$ 14,2 bilhões (82,6% do déficit do RGPS).

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em decorrência de fatores sazonais, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de 33,8% relativamente ao mês anterior.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 62,6 bilhões em abril contra R\$ 46,8 bilhões verificados em março (crescimento de 33,8%). Este comportamento é explicado pelos aumentos de R\$ 6,4 bilhões nas receitas de impostos, de R\$ 2,4 bilhões nos ingressos decorrentes de contribuições e de R\$ 7,0 bilhões nas demais receitas do Tesouro.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 28,1 bilhões e as de contribuições R\$ 20,9 bilhões em abril, apresentando, em seu conjunto, crescimento de R\$ 8,8 bilhões (21,9%) em relação aos valores apurados em março. Essa evolução reflete: i) o incremento de R\$ 3,5 bilhões na arrecadação do IRPF decorrente do pagamento da primeira cota ou cota única referente à declaração de ajuste 2010 (ano base 2009); ii) aumento de R\$ 2,6 bilhões na de IRPJ e de R\$ 1,5 bilhão na CSLL, em função do pagamento, em abril de 2010, da 1ª cota ou da cota única referente à apuração trimestral encerrada em março de 2010 e do término, em março, do prazo legal para pagamento do saldo desses tributos referente à Declaração de Ajuste rela-

tiva ao ano de 2009; iii) crescimento de R\$ 7,0 bilhões na arrecadação das demais receitas do Tesouro Nacional, influenciada pelo aumento de R\$ 2,9 bilhões nos Dividendos; de R\$ 2,7 bilhões na cota parte de compensações devido ao recolhimento sazonal, em abril, da participação especial apurada trimestralmente; e de 2,0 bilhões nas receitas diretamente arrecadadas em função, especialmente, do ingresso de R\$ 2,2 bilhões referente ao recolhimento anual da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF), que integra o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel).

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 19,74% do PIB no primeiro quadrimestre de 2010, dos quais 8,96% correspondem à arrecadação de impostos, 7,48% às contribuições e 3,30% relativos às demais receitas.

Comparada ao primeiro quadrimestre de 2009, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de R\$ 34,9 bilhões (19,7%), passando de R\$ 177,0 bilhões para R\$ 211,9 bilhões. Esse crescimento deveu-se, fundamentalmente, à recuperação dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, como a produção industrial, com crescimento de 18,3% no acumulado de dezembro de 2009 a março de 2010 comparado ao período entre dezembro de 2008 e março de 2009, o volume geral de vendas, com incremento de 16,1% no acumulado de dezembro a março de 2010, em relação ao acumulado de dezembro de 2008 a março de 2009; e o incremento nominal de 8,7% massa salarial de dezembro de 2009 a março de 2010.

O crescimento na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- incremento de R\$ 9,2 bilhões na Cofins e de R\$ 1,9 bilhão no PIS-Pasep, devido: i) ao crescimento de 16,1% no volume geral de vendas no acumulado de dezembro de 2009 a março de 2010 em relação ao mesmo período de 2008/2009; ii) à compensação no pagamento dessas contribuições, no 1º quadrimestre de 2009, no valor de cerca de R\$ 3,0 bilhões, mediante a utilização de créditos oriundos de pagamento indevido ou a maior realizado em período anterior; e iii) às desonerações promovidas por meio das Leis nºs 11.774/2008, 11.787/2008, 11.945/2009, 12.024/2009 e 12.096/2009.
- crescimento de R\$ 2,1 bilhões na CIDE-combustíveis, devido a: i) compensações, em 2009, no valor de cerca de R\$ 1,0 bilhão e ii) aumento das alíquotas específicas sobre gasolina e diesel, a partir dos fatos geradores de junho/2009, conforme Decreto nº 6.875/2009.
- crescimento de R\$ 2,2 bilhões na arrecadação do IOF refletindo o aumento de 2,0% da alíquota nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de re-

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL
 BRASIL, 2010 (R\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO ¹	MAR/10	ABR/10
Impostos	21.624,9	28.059,3
Imposto de Renda	15.204,6	21.267,7
IPI	2.751,5	3.195,2
Outros	3.668,8	3.596,4
Contribuições	18.550,6	20.901,3
Cofins	10.485,7	11.286,0
CPMF	5,0	4,0
CSLL	3.429,3	4.903,6
Cide - Combustíveis	586,2	562,4
Outras	4.044,4	4.145,3
Demais	6.591,5	13.629,0
Cota parte	1.271,8	3.953,3
Diretamente Arrecadada	2.112,3	4.121,4
Dividendos da União	1.069,0	4.014,8
Concessões	19,0	15,3
Outras	2.119,4	1.524,3
Total Bruto	46.670,0	62.589,6

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

No 1º quadrimestre de 2010, o crescimento da receita bruta do Tesouro Nacional reflete a recuperação dos principais indicadores macroeconômicos no período.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL
 BRASIL, JAN-ABR (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO ¹	2009	2010
Impostos	8,98%	8,96%
Imposto de Renda	6,87%	6,60%
IPI	0,96%	1,06%
Outros	1,16%	1,30%
Contribuições	6,83%	7,48%
Cofins	3,54%	4,04%
CPMF	0,01%	0,00%
CSLL	1,77%	1,63%
Cide - Combustíveis	0,05%	0,23%
Outras	1,46%	1,57%
Demais	2,50%	3,30%
Cota parte	0,65%	0,97%
Diretamente Arrecadada	0,99%	0,94%
Dividendos da União	0,39%	0,67%
Concessões	0,03%	0,03%
Outras	0,44%	0,69%
Total Bruto	18,31%	19,74%

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

- cursos no país, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação no mercado financeiro e de capitais, constantes dos Decretos nºs 6.983/2009 e 7.011/2009.
- d) incremento de R\$ 2,1 bilhões na arrecadação de IPI, explicado principalmente pelos seguintes itens: i) IPI-Automóveis, decorrente do aumento de 18,0% no volume de vendas de veículos de dezembro/2009 a março/2010 em relação ao mesmo período do ano anterior e da alteração da tabela de incidência, conforme Decreto nº 6.687/2008; ii) IPI-Fumo, em função da – mudança do prazo de apuração e recolhimento estabelecida pela Lei nº 11.993/2009 e do ajuste linear de 23,5% das alíquotas, conforme Decreto nº 6.809/2009; iv) IPI-outros, devido ao crescimento de 18,3% na produção industrial acumulada de dezembro/2009 a março/2010 em relação ao mesmo período de 2009, bem como em função das desonerações instituídas pelos Decretos nºs 6.696/2008, 6.890/2009, 6.996/2009, 7.016/2009, 7.017/2009, 7.032/09 e 7.060/09).
- e) crescimento de R\$ 988,2 milhões na arrecadação de IRPF, refletindo o aumento da arrecadação em decorrência dos pagamentos da 1ª cota ou cota única do ajuste IRPF/2010, ano base 2009 e crescimento do item ganhos líquidos em bolsa,.
- f) crescimento de R\$ 2,1 bilhões no IRPJ e de R\$ 417,8 milhões na CSLL, cujo desempenho acumulado ainda está bastante influenciado pelo pagamento do ajuste, que terminou no mês de março e reflete o desempenho da economia no ano de 2009. Cumpre destacar que os resultados da arrecadação por estimativa das instituições financeiras encontram-se influenciados por pagamentos atípicos de R\$ 1,0 bilhão realizados em abril/2009.
- g) crescimento de R\$ 1,4 bilhão no IRRF, principalmente devido: i) à elevação de R\$ 2,0 bilhões (11,0%) do IRRF – Rendimentos do Trabalho, devido ao aumento de 8,7% da massa salarial nos meses de dezembro/2009 a março/2010, em relação ao mesmo período de 2008/2009 e à alteração da tabela de incidência do IRPF, conforme a Lei nº 11.945/2009; ii) à redução de R\$ 250,2 milhões (3,8%) no IRRF – Rendimentos do Capital, influenciada pela queda de arrecadação nas operações de *swap*; e iii) à diminuição de R\$ 532,2 milhões (14,7%) do IRRF – Remessas ao Exterior;

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO BRASIL, JAN-ABR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Demais	24.206,4	35.404,8
Cota parte	6.278,9	10.392,6
Plano do Servidor (CPSS)	2.752,2	3.068,2
Diretamente Arrecadada	9.561,7	10.087,3
Dividendos da União	3.810,4	7.214,9
Concessões	316,5	274,9
Outras	1.486,6	4.366,9

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, alcançou crescimento de R\$ 11,2 bilhões (46,3%) em relação ao primeiro quadrimestre de 2009, decorrente: i) do acréscimo de R\$ 4,1 bilhões (65,5%) na arrecadação relativa à cota-parte de compensações financeiras em função do aumento do preço internacional do petróleo; ii) do crescimento de R\$ 3,4 bilhões (89,3%) na arrecadação de dividendos e iii) do crescimento de R\$ 2,9 bilhões (193,8%) em outras receitas, como conseqüência do ingresso de receitas do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 e do pagamento e parcelamento de que trata a Medida Provisória nº 470/2009.

Em abril, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 11,6 bilhões, contra R\$ 9,0 bilhões no mês anterior, apresentando aumento de 28,7%. As transferências constitucionais alcançaram R\$ 8,3 bilhões, com aumento de R\$ 1,3 bilhão (19,3%) frente a março, reflexo da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), especialmente no terceiro decêndio de março, com reflexo nas transferências de abril. Cumpre salientar também que as demais transferências foram impactadas pela prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal, no valor de R\$ 800,0 milhões (MP nº 485/2010).

Em relação ao primeiro quadrimestre de 2009, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 5,3 bilhões (13,6%), elevando-se de R\$ 38,9 bilhões em 2009 para R\$ 44,2 bilhões em 2010. Os principais fatores explicativos dessa evolução são: i) os repasses de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, explicados pela elevação do preço internacional do petróleo; ii) as maiores transferências relativas ao Fundeb (crescimento de R\$ 830,0 milhões) decorrentes do fluxo financeiro desse repasse estabelecido pela Portaria Interministerial MEC/MF nº 408/2009 para o exercício de 2009 e pela Portaria Interministerial MEC/MF nº 1.227/2009 para o exercício de 2010; iii) os apoios financeiros instituídos pela Lei nº 12.058/2009 (apoio financeiro aos Municípios) e pela Medida Provisória nº 485/2010 (apoio financeiro aos Estados e ao Distrito Federal); e iv) o incremento de R\$ 605,7 milhões das transferências da CIDE.

Em abril, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 30,8 bilhões, contra R\$ 35,2 bilhões no mês anterior. A redução de R\$ 4,4 bilhões (12,5%) decorreu basicamente da diminuição nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais de R\$ 3,2 bilhões (21,0%) e de R\$ 1,2 bilhão (6,2%) registrado nas despesas de Custeio e Capital.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais reduziram R\$ 3,2 bilhões em relação ao mês anterior, devido, principalmente, à diminuição de sentenças judiciais e precatórios, que registraram R\$ 132,0 milhões em abril, contra R\$ 3,1 bilhões em março de 2010.

O decréscimo observado nas despesas de Custeio e Capital deve-se, sobretudo, à redução de Outras Despesas de Custeio e Capital em R\$ 727,2 milhões (4,9%), dos Subsídios e Subvenções Econômicas, em R\$ 408,4 milhões (37,8%), e das despesas do FAT, em R\$ 101,2 milhões (4,9%). Por outro lado, as despesas de LOAS/RMV mantiveram desempenho equivalente.

No caso das despesas do FAT, verificou-se execução de R\$ 2,0 bilhões em abril, contra gastos de R\$ 2,1 bilhões realizados em março. Esse decréscimo decorreu, principalmente, da redução de R\$ 354,2 milhões (17,5%) nos gastos com paga-

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAR/10	ABR/10
Constitucionais (IR/IPI/outros)	6.968,0	8.312,3
CIDE-Combustíveis	-	454,7
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	1.884,5	2.677,1
Total	9.015,0	11.606,6

¹ Inclui auxílio financeiro

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
Decêndio	Mar	Abr
Terceiro Decêndio	8.010,7	10.445,5
Primeiro Decêndio	1.680,1	2.122,4
Segundo Decêndio	5.572,6	5.719,9
Total	15.263,3	18.287,8

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-ABR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Constitucionais (IR/IPI/outros)	3,27%	3,01%
CIDE - Combustíveis	0,03%	0,08%
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	0,07%	0,06%
Demais	0,66%	0,97%
Total	4,03%	4,12%

¹ Inclui auxílio financeiro

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAR/10	ABR/10
Pessoal e Encargos	15.159,4	11.972,0
Custeio e Capital	19.938,8	18.706,9
Despesas do FAT	2.077,7	1.976,5
Subsídios e Subvenções	1.080,5	672,1
LOAS/RMV	1.830,2	1.835,1
Outras	14.950,5	14.223,3
Transferência ao Bacen	96,3	99,9

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	MAR/10	ABR/10
Agricultura	701,0	314,4
Custeio Agropecuário	4,3	4,2
Investimento Rural	0,7	1,0
Preços Agrícolas	439,0	198,1
- EGF	0,2	0,2
- AGF	197,6	135,9
- <i>Sustent. de preços</i>	241,2	62,0
Pronaf	149,2	24,5
Pesa	32,1	2,3
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	66,8	68,0
FUNCAFÉ	9,0	16,2
Revitaliza	0,0	0,0
Outros	5,5	-29,8
Habituação (PSH)	0,0	0,0
FND	-0,9	-1,4
Exportação (Proex)	6,4	-28,5
Total	706,5	284,5

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

mento de seguro desemprego e do desembolso de R\$ 260,0 milhões com Abono Salarial, sem contrapartida no mês de março em observância ao calendário de pagamento do abono referente ao exercício 2009/2010 (julho/2009 a junho/2010), regulamentado pela Resolução Codefat nº 605/2009.

Em relação aos Subsídios e Subvenções Econômicas, a redução das despesas decorreu, principalmente, da execução dos Preços Agrícolas, especialmente nos Programas de Sustentação de Preços, com decréscimo de R\$ 179,2 milhões (74,3%), e Aquisição do Governo Federal – AGF, com decréscimo de R\$ 61,8 milhões (31,3%). Também registrou redução o Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf, no montante de R\$ 124,7 milhões (83,6%).

Em relação às Outras Despesas de Custeio e Capital, o decréscimo de R\$ 727,2 milhões concentrou-se principalmente nas despesas discricionárias, com redução de R\$ 2,3 bilhões (19,1%); no desempenho do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com decréscimo de R\$ 347,6 milhões (20,1%); e nos Fundos de Desenvolvimento (ADA/ADENE), com redução em R\$ 177,9 milhões. Por outro lado, registrou-se acréscimo de R\$ 1,1 bilhão nas sentenças judiciais e precatórios de custeio e de R\$ 1,0 bilhão em créditos extraordinários, em função da Medida Provisória nº 485, de 30 de março de 2010, com alocação de R\$ 800,0 milhões no Programa Especial de Fortalecimento do Ensino Médio nas regiões Norte e Nordeste. Dentre as despesas discricionárias, somente não se verificou redução no desempenho dos Ministérios de Desenvolvimento Social e da Justiça.

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram 11,51% do PIB no primeiro quadrimestre de 2010, contra 10,56 % no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 21,5 bilhões (21,0%) em relação ao mesmo período de 2009, destacando-se os incrementos de R\$ 17,9 bilhões (34,5%) nas Despesas de Custeio e Capital, e de R\$ 3,6 bilhões (7,2%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais.

Os gastos com Custeio e Capital passaram de 5,36% para 6,49% do PIB (acréscimo de 1,13 p.p.), explicados por: i) incremento de 0,86 p.p. na rubrica ‘Outras Despesas de Custeio e Capital’; ii) aumento em 0,25 p.p. do PIB nos gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas; iii) aumento de 0,05 p.p. nos dispêndios com LOAS/RMV; e, iv) redução de 0,02 p.p. nas despesas com abono salarial, seguro desemprego e gastos operacionais do FAT.

Os dispêndios com a folha salarial registraram redução de 0,18 p.p em relação ao PIB no período, passando de 5,17% em 2009, para 4,98% em 2010. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 3,6 bilhões, sendo que houve acréscimo de 9,0% no âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU e de 11,5% no Poder Executivo. Ressalte-se o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAR/10	ABR/10
Sentenças Judiciais	83,5	1.187,8
Legislativo	107,7	103,1
Judiciário	473,3	401,1
Crédito Extraordinário ¹	387,8	1.391,3
PAC ²	1.729,6	1.382,0
Outras ³	229,3	99,3
Discricionárias	11.939,3	9.658,5
d/q Min. da Saúde	4.678,7	4.197,1
Min. do Des. Social	1.262,9	1.408,4
Min. da Educação	1.799,1	1.183,2
Min. da Defesa	1.428,0	777,9
Min. da Ciência e Tec.	351,8	327,9
Min. do Des. Agrário	283,9	110,6
Min. da Justiça	213,6	290,0
Min. da Previdência	304,0	135,6
Min. dos Transportes	113,1	59,2
Min. das Cidades	119,5	264,4
Demais	1.384,8	904,0
Total	14.950,5	14.223,3

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 11.768/2008 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 12053/2009.

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN-ABR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Tesouro Nacional	10,56%	11,51%
Pessoal e Encargos	5,17%	4,98%
Custeio e Capital	5,36%	6,49%
Despesas do FAT	0,70%	0,68%
Subsídios e Subvenções ¹	0,07%	0,32%
LOAS/RMV	0,63%	0,67%
Outras	3,96%	4,82%
Transferência ao Bacen	0,04%	0,04%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

Os dispêndios com a folha salarial registraram redução de 0,18 p.p em relação ao PIB no acumulado de 2010 relativamente ao 1º quadrimestre de 2009.

de R\$ 3,5 bilhões em 2010, contra o desembolso de R\$ 4,9 bilhões no mesmo período de 2009.

As despesas do FAT atingiram R\$ 7,3 bilhões nos quatro primeiros meses de 2010, contra R\$ 6,8 bilhões em igual período do ano anterior. O acréscimo é decorrente não somente do aumento do salário mínimo, mas também da elevação no número de beneficiários identificados.

As despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas alcançaram R\$ 3,5 bilhões em 2010, contra R\$ 679,7 milhões no mesmo período de 2009. Esta variação decorreu, em grande medida, da queda dos retornos líquidos no âmbito do FND, que foram de R\$ 2,1 bilhões em 2009, contra R\$ 4,8 milhões em 2010. Adicionalmente, houve elevação no período das despesas dos seguintes programas: i) Aquisição do Governo Federal – AGF (R\$ 218,8 milhões); ii) Fundo da Terra/Incra (R\$ 196,5 milhões); e iii) Sustentação de Preços (R\$ 162,5 milhões). Por outro lado, houve redução nos dispêndios de Custeio Agropecuário (R\$ 167,8 milhões) e do Pronaf (R\$ 26,0 milhões), além do retorno líquido do Programa de Exportação (PROEX) de R\$ 176,8 milhões em 2010, contra despesas de R\$ 22,6 milhões em 2009 (variação de R\$ 199,4 milhões).

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 1,2 bilhão (19,5%) em relação ao mesmo período de 2009. Essa variação é explicada pelos reajustes de 12,0% e 9,7% do salário mínimo nos anos de 2009 e 2010, respectivamente, e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 8,0% no primeiro quadrimestre de 2010 relativamente a igual período de 2009 (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,6 milhão foi destinado aos idosos e 1,7 milhão aos portadores de necessidades especiais.

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS
BRASIL, 2001-2010**

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média 2009	3.052.295	9%	1.487.566	9%	1.564.729	8%
abr/01	1.237.700	-	417.719	-	819.980	-
abr/02	1.376.243	11%	491.760	18%	884.483	8%
abr/03	1.586.011	15%	600.342	22%	985.668	11%
abr/04	1.770.314	12%	724.351	21%	1.045.963	6%
abr/05	2.102.443	19%	959.340	32%	1.143.103	9%
abr/06	2.323.911	11%	1.092.004	14%	1.231.908	8%
abr/07	2.507.671	8%	1.201.527	10%	1.306.144	6%
abr/08	2.724.999	9%	1.316.853	10%	1.408.146	8%
abr/09	2.981.123	9%	1.447.978	10%	1.533.145	9%
abr/10	3.209.653	8%	1.555.132	7%	1.654.521	8%

**SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
BRASIL, JAN-ABR (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO ¹	2009	2010
Agricultura	1.666,3	2.174,9
Custeio Agropecuário	182,5	14,8
Investimento Rural	15,8	9,5
Preços Agrícolas	917,3	1.374,7
- EGF	11,0	87,1
- AGF	574,4	793,3
- Sustent. de preços	331,9	494,4
Pronaf	240,6	214,6
Pesa	27,5	63,8
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	250,3	446,8
FUNCAFÉ	32,2	50,6
Revitaliza	0,0	0,0
Outros	-2.050,0	-181,6
Habitação (PSH)	0,0	0,0
FND	-2.072,6	-4,8
Exportação (Proex)	22,6	-176,8
Total	-383,7	1.993,3

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos
² Dados revisados

**OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL
BRASIL, JAN-ABR (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Sentenças Judiciais	1.605,7	1.287,1
Legislativo	357,0	371,6
Judiciário	1.432,7	1.582,8
Crédito Extraordinário ¹	599,7	2.260,8
PAC ²	2.586,4	5.378,8
Outras ³	251,1	848,9
Discricionárias	31.465,7	39.988,6
d/q Min. da Saúde	15.385,0	16.608,2
Min. do Des. Social	4.474,5	5.720,4
Min. da Educação	3.110,1	5.300,1
Min. da Defesa	2.130,0	3.901,7
Min. da Ciência e Tec.	851,7	1.112,1
Min. do Des. Agrário	688,7	665,9
Min. da Justiça	636,4	887,8
Min. da Previdência	448,7	655,7
Min. dos Transportes	339,6	447,3
Min. das Cidades	160,7	487,2
Demais	3.240,5	4.202,2
Total	38.298,3	51.718,7

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

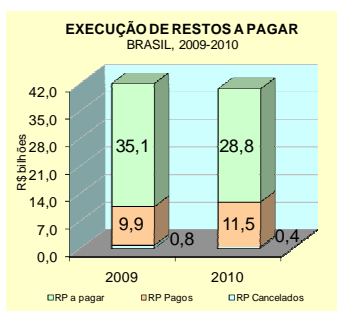
² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 11.768/2008 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 12053/2009.

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, arrendados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Em 2010, os gastos com investimentos do governo federal totalizaram R\$ 12,8 bilhões (incremento de 89,4%) em relação ao exercício de 2009.

As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 13,4 bilhões (35,0%) no primeiro quadrimestre de 2010 em relação ao exercício anterior, destacando-se os gastos discricionários, com aumento de R\$ 8,5 bilhões (27,1%), o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com elevação de R\$ 2,8 bilhões (108,0%), os Créditos Extraordinários, com aumento de R\$ 1,7 bilhão (277,0%), e os gastos no âmbito dos Fundos de Desenvolvimento (ADA/ADENE), com incremento de R\$ 512,9 milhões. Responderam pelo crescimento dos gastos discricionários principalmente os Ministérios da Educação (R\$ 2,2 bilhões), da Defesa (R\$ 1,8 bilhão), do Desenvolvimento Social (R\$ 1,2 bilhão) e da Saúde (R\$ 1,2 bilhão). Destaca-se que os investimentos totais (Tabela A9) atingiram R\$ 12,8 bilhões, o que representou um incremento de R\$ 6,0 bilhões (89,4%) em relação ao ano de 2009.

O montante pago de restos a pagar (RP) nos primeiros quatro meses de 2010, segundo o Decreto de Programação Financeira, correspondeu a R\$ 11,5 bilhões, equivalentes a 28,5% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) contra 21,9% no mesmo período do ano anterior, sendo que R\$ 4,4 bilhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 16,7% do total programado para o ano. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Saúde (R\$ 2,8 bilhões), da Educação (R\$ 2,6 bilhões) e da Defesa (R\$ 1,4 bilhão), destacando os projetos Apoio a Reestruturação Física e ao Desenvolvimento da Educação Básica (R\$ 475,4 milhões), REUNI - Readequação da Infra-Estrutura de Universidades Federais (R\$ 185,1 milhões), Prevenção, Preparação ao Enfrentamento para a Pandemia de Influenza (R\$ 85,1 milhões) e Aquisição de Aeronaves (R\$ 105,3 milhões).



Previdência Social

Em abril, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 3,0 bilhões contra um déficit de R\$ 6,7 bilhões em março (redução de 55,2%). Esse resultado é compatível com os registrados no primeiro bimestre de 2010, anteriormente ao pagamento de R\$ 3,7 bilhões em precatórios previdenciários em março. Nos primeiros quatro meses do ano, registrou-se um incremento do déficit de R\$ 2,1 bilhões (13,7%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2009-2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	MAR	ABR	JAN-ABR	
	2010	2010	2009	2010
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	15.882,9	16.330,1	53.500,4	61.496,3
Arrecadação Bruta	17.518,3	18.008,3	60.357,6	69.216,8
- Contribuição Previdenciária	16.009,6	16.130,7	55.515,8	62.701,0
- Simples	1.316,0	1.481,9	3.780,9	5.665,7
- CFT	39,8	60,3	215,5	173,3
- Depósitos Judiciais	143,8	324,6	750,4	635,8
- Refis	9,2	10,8	95,1	41,0
(-) Restituição/Devolução	-46,5	-70,0	-162,4	-180,8
(-) Transferências a Terceiros	-1.588,9	-1.608,3	-6.694,9	-7.539,7
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	22.609,3	19.341,9	68.655,3	78.724,0
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-6.726,4	-3.011,8	-15.154,9	-17.227,7
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,57%	-1,61%

Em abril de 2010, a Previdência Social registrou um déficit de R\$ 3,0 bilhões. Nos primeiros quatro meses do ano, o déficit atingiu R\$ 17,2 bilhões, frente a R\$ 15,2 bilhões do ano passado. Com isto, o déficit passou de 1,57% do PIB, no acumulado de janeiro a abril de 2009 para 1,61% do PIB, no mesmo período de 2010.

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 16,3 bilhões em abril, apresentando uma elevação de R\$ 447,1 milhões (2,8%) frente aos ingressos líquidos de março. Em relação aos primeiros quatro meses de 2009, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 8,0 bilhões (14,9%). Contribuiu para esse crescimento o aumento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada entre dezembro de 2009 e março de 2010 foi 8,7% superior à verificada no período correspondente de 2008/2009.

As despesas com benefícios em abril alcançaram o montante de R\$ 19,3 bilhões, reduzindo-se em R\$ 3,3 bilhões (14,5%) em relação a março. Conforme já mencionado, a redução no valor do pagamento de benefícios está diretamente relacionada com o pagamento de parcela de precatórios de R\$ 3,7 bilhões realizado em março. Em relação ao primeiro quadrimestre de 2009, por sua vez, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 10,1 bilhões (14,7%). Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: (i) aumento de R\$ 58,99 (9,1%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e (ii) elevação de 682,1 mil (3,0%) na quantidade média mensal de benefícios pagos. Deve-se ressaltar, ainda, que o pagamento de precatórios e sentenças judiciais entre janeiro e abril de 2010 registrou um aumento de R\$ 707,2 milhões em relação ao mesmo período de 2009.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a abril de cada ano. Verifica-se que em 2006 esses gastos correspondiam a 6,61% do PIB; em 2010,

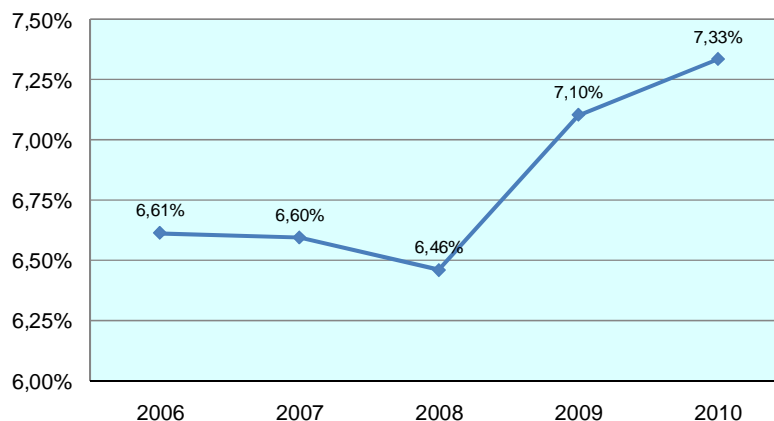
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN-ABR (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	%
Contribuição	53.500,4	61.496,3	14,9%
Urbano	52.134,6	60.042,9	15,2%
Rural	1.365,7	1.453,4	6,4%
Benefícios	68.655,3	78.724,0	14,7%
Urbano	54.950,7	63.033,4	14,7%
Rural	13.704,7	15.690,7	14,5%
Res. Primário	-15.154,9	-17.227,7	13,7%
Urbano	-2.816,0	-2.990,5	6,2%
Rural	-12.338,9	-14.237,2	15,4%

correspondem a 7,33%. Nos últimos cinco anos, o crescimento médio das despesas com benefícios foi de 0,18 ponto percentual do PIB por ano.

DESPESAS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS (RGPS)

Brasil, 2006-2010 (% do PIB) - janeiro a abril

Nos últimos cinco anos, as despesas com benefícios previdenciários do RGPS cresceram, em média, 0,18 p.p. por ano, passando de 6,61% do PIB entre janeiro a abril de 2006 para 7,33% do PIB no mesmo período de 2010.



BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-ABR			
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	%
Quantidade RGPS*	22,9	23,6	3,0%
Valor médio RGPS**	651,7	710,6	9,1%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

No estoque de benefícios dos primeiros quatro meses de 2010, comparado ao mesmo período de 2009, destacam-se os aumentos de 585,1 mil aposentadorias (4,0%) e de 173,1 mil pensões por morte (2,7%), bem como a redução de 91,0 mil benefícios de auxílio-doença (7,2%).

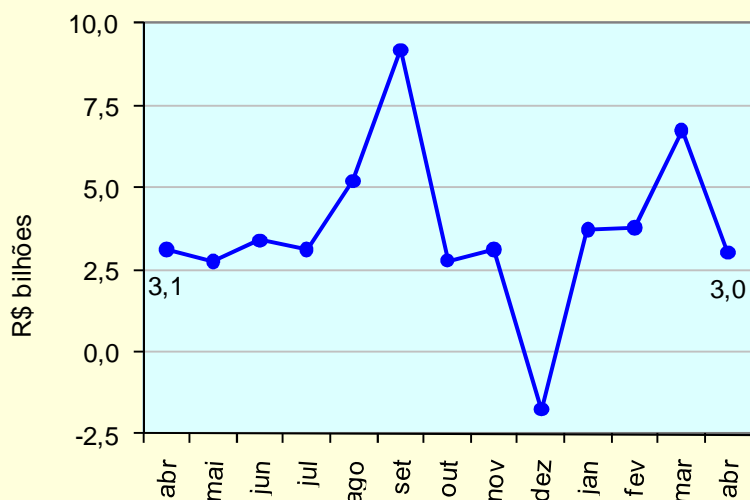
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-ABR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Contribuição	5,54%	5,73%
Urbano	5,39%	5,59%
Rural	0,14%	0,14%
Benefícios	7,10%	7,33%
Urbano	5,69%	5,87%
Rural	1,42%	1,46%
Res. Primário	-1,57%	-1,61%
Urbano	-0,29%	-0,28%
Rural	-1,28%	-1,33%

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2009-2010

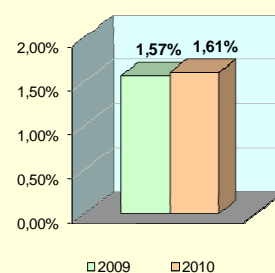
	Em mil benefícios			
	MAR		JAN-ABR	
	2010	2010	2009	2010
Benefícios do RGPS	23.565	23.722	22.895	23.577
Previdenciários	22.781	22.931	22.094	22.792
Aposentadorias	15.158	15.236	14.581	15.160
Idade	7.906	7.949	7.571	7.907
Invalidez	2.908	2.921	2.851	2.910
Tempo de contribuição	4.343	4.366	4.159	4.343
Pensão por morte	6.484	6.511	6.312	6.486
Auxílio-Doença	1.022	1.058	1.098	1.026
Salário - maternidade	63	72	57	66
Outros	53	55	47	53
Acidentários	784	791	800	785
Aposentadorias	161	162	155	161
Pensão por morte	126	126	128	126
Auxílio - doença	148	153	167	148
Auxílio - acidente	276	277	273	276
Auxílio - suplementar	74	74	78	74

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,19 p.p. contra um crescimento dos gastos com benefícios previdenciários de 0,23 p.p em relação ao primeiro quadrimestre de 2009. Como resultado, o déficit primário do RGPS aumentou para 1,61% do PIB, 0,04 p.p. maior que o registrado no mesmo período do ano anterior.

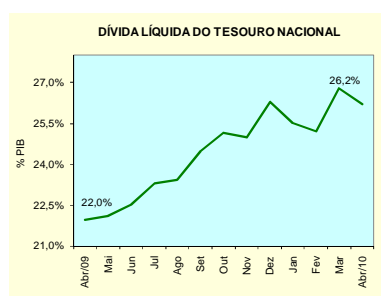
DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASIL, 2009/2010



DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASIL, JAN-ABR (% do PIB)



Em abril, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 873,8 bilhões, o equivalente a 26,2% do PIB, reduzindo-se em 0,6 p.p. comparativamente ao mês anterior.



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 873,8 bilhões em abril, o correspondente a 26,2 % do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve redução de R\$ 8,3 bilhões, em termos nominais, e de 0,6 ponto percentual do PIB. A diminuição observada decorreu da queda de R\$ 5,7 bilhões no estoque da dívida interna líquida e de R\$ 2,6 bilhões na dívida externa líquida.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009 ABR	2010 MAR	2010 ABR
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	543.876	787.596	781.862
I.1. Dívida Interna	1.736.813	2.057.893	2.145.911
I.2. Haveres Internos	1.192.937	1.270.298	1.364.049
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	121.907	94.479	91.901
II.1. Dívida Externa	122.248	94.740	92.158
II.2. Haveres Externos	341	261	257
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	665.784	882.075	873.763
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	22,0%	26,8%	26,2%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação ao ano anterior, a DLTN tomada em proporção do PIB aumentou 4,2 pontos percentuais, passando de 22,0% em abril de 2009 para 26,2% em abril de 2010. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 208,0 bilhões, no mesmo período, resultado do crescimento de R\$ 238,0 bilhões no estoque da dívida interna líquida e da queda de R\$ 30,0 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

Dívida Interna Líquida

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de abril com um saldo de R\$ 781,9 bilhões, o equivalente a 23,4% do PIB. Em comparação ao mês anterior, houve redução de R\$ 5,7 bilhões em termos nominais, resultado da elevação de R\$ 93,8 bilhões nos haveres internos que mais do que compensou o também aumento de R\$ 88,0 bilhões no estoque da dívida interna. Em relação ao PIB, houve redução de 0,5 p.p.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, cresceu 5,5 p.p., passando de 17,9% em abril de 2009 para 23,4% em abril de 2010. Em termos nominais, observou-se um crescimento de R\$ 238,0 bilhões, resultado do aumento de R\$ 409,1 bilhões

no estoque da dívida interna compensado em grande parte pelo crescimento de R\$ 171,1 bilhões nos haveres internos.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009	2010	
	ABR	MAR	ABR
I. DÍVIDA INTERNA	1.736.813	2.057.893	2.145.911
I.1. Dívida Mobiliária	1.714.880	2.041.611	2.129.865
DPMFi em Poder do Público ¹	1.261.787	1.400.382	1.492.913
DPMFi em Poder do Banco Central	474.243	665.276	661.210
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	(21.150)	(24.047)	(24.258)
I.2. Demais Obrigações Internas	21.933	16.282	16.045
II. HAVERES INTERNOS	1.192.937	1.270.298	1.364.049
II.1. Disponibilidades Internas	374.394	351.258	369.435
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	443.840	443.631	445.301
II.3. Haveres da Administração Indireta	208.260	221.134	221.719
II.4. Haveres Administrados pela STN	166.444	254.275	327.594
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	543.876	787.596	781.862
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB³	17,9%	23,9%	23,4%

(*) Dados sujeitos a alteração.

\1 Inclui TDA e dívida securitizada.

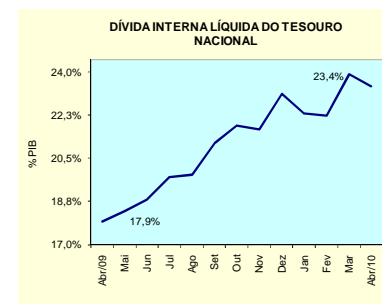
\2 Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

\3 PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

A Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, cresceu R\$ 88,3 bilhões comparativamente ao mês anterior (1,8 p.p. em relação ao PIB). Esse aumento da DPMFi está associado à apropriação de juros no valor de R\$ 18,3 bilhões e à emissão líquida de R\$ 70,2 bilhões, reflexo da emissão de R\$ 74,2 bilhões decorrente da concessão de crédito ao BNDES ao amparo da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009. . Em relação a abril do ano anterior, o aumento foi de R\$ 415,0 bilhões em termos nominais, ou 7,3 p.p. em proporção do PIB, passando de 56,6% para 63,9% do PIB.

Na carteira de títulos em poder do público, houve aumento de R\$ 92,5 bilhões, em decorrência das emissões líquidas de R\$ 80,0 bilhões, mais a apropriação de juros no total de R\$ 12,5 bilhões. Na carteira do Banco Central houve redução de R\$ 4,1 bilhões, conseqüência do resgate líquido no valor de R\$ 9,9 bilhões e da apropriação de juros no valor de R\$ 5,8 bilhões.

Em relação à composição da carteira em poder do público, as variações mais significativas, comparadas ao mês anterior, ocorreram no estoque de LFT (aumento de R\$ 36,2 bilhões), de LTN (aumento de R\$ 31,1 bilhões), e de NTN-F (aumento de R\$ 18,9 bilhões).



DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, 2009/2010

Título	R\$ bilhões		
	2009	2010	
	ABR	MAR	ABR
Em Poder do Público	1.262	1.400	1.493
LFT	484	500	537
LTN	187	241	272
NTN-B	316	361	368
NTN-C	58	59	59
NTN-F	173	201	220
Demais ¹	44	39	38
Aplic. em Tit. Púb.	-21	-24	-24
Na carteira do BCB	474	665	661
Total	1.715	2.042	2.130
% PIB	56,6%	62,0%	63,9%

\1 Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

A Dívida Interna Líquida diminuiu 0,5 p.p. do PIB em abril, passando de 23,9% em março para 23,4% neste mês.

TABELA 6
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, ABR/2010

R\$ bilhões

HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS BRASIL, 2009/2010			
Discriminação	R\$ bilhões		
	2009		2010
	ABR	MAR	ABR
Lei 9.496/97	316,5	323,0	325,2
MP 2.185/01	49,9	51,6	52,0
Lei 8.727/93	40,1	36,7	36,4
Antecipação de Royalties	12,0	10,3	10,2
Bônus Renegociados	7,9	6,2	5,7
Lei 7.976/89	1,0	0,0	0,0
Demais Haveres	16,4	15,8	15,8
Total	443,8	443,6	445,3
% PIB	14,6%	13,5%	13,4%

Título	Saldo Mar/10	Fatores de Variação ¹¹			Saldo Abr/10
		Emissões	Resgates ¹²	Juros ¹³	
Em poder do público	1.400,4	102,9	-22,9	12,5	1.492,9
LFT	500,5	32,9	0,0	3,3	536,7
LTN	241,0	46,5	-17,4	2,0	272,1
NTN-B	361,1	6,4	-3,6	4,2	368,1
NTN-C	58,7	0,0	-0,6	0,9	58,9
NTN-F	200,6	17,0	0,0	1,9	219,5
Demais ¹⁴	38,6	0,1	-1,3	0,1	37,6
Na carteira do BCB	665,3	5,1	-15,0	5,8	661,2
Total	2.065,7	108,1	-37,9	18,3	2.154,1

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

¹¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimo) ao saldo da obrigação.

¹² Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

¹³ Refere-se aos juros apropriados por competência.

¹⁴ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Os haveres internos do Tesouro Nacional aumentaram R\$ 93,7 bilhões em relação ao mês anterior. Houve aumento de R\$ 73,3 bilhões nos haveres administrados pela STN, de R\$ 18,2 bilhões nas disponibilidades internas, de R\$ 1,7 bilhão nos haveres junto aos governos regionais e de R\$ 584,3 milhões nos haveres da administração indireta.

Nos haveres administrados pela STN, o aumento ocorreu no saldo dos haveres de legislação específica, resultado da liberação de recursos ao BNDES no valor de R\$ 74,2 bilhões, por meio da emissão de títulos públicos, conforme Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009.

Em relação aos haveres junto aos governos regionais, aumentaram os saldos devedores das dívidas renegociadas ao amparo da Lei n 9.496/97 e MP nº 2.185/01, com crescimento de R\$ 2,5 bilhões, e reduziu o saldo dos bônus renegociados em R\$ 449,0 milhões e das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 8.727/93, em R\$ 284,5 milhões.

Nos haveres da administração indireta, houve aumento de R\$ 620,7 milhões nos haveres do FAT, de R\$ 486,5 milhões nos saldos dos fundos constitucionais e redução de R\$ 522,9 milhões nos Fundos Diversos.

Dívida Externa Líquida

Em abril, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 91,9 bilhões, contra R\$ 94,5 bilhões em março. Houve redução de R\$ 2,6 bilhões em termos nominais e de 0,1 p.p. do PIB. A variação nos valores nominais resultou da apropriação positiva de juros no valor de R\$ 755,4 milhões,

da variação cambial negativa no montante de R\$ 3,1 bilhões e do resgate líquido de R\$ 247,0 milhões.

TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009	2010	
	ABR	MAR	ABR
I. DÍVIDA EXTERNA	122.248	94.740	92.158
I.1. Dívida Mobiliária	94.005	74.635	72.913
Euro	10.808	7.342	7.080
Global US\$	72.325	56.463	54.895
Global BRL	10.565	10.635	10.748
Demais	307	195	190
I.2. Dívida Contratual	28.243	20.105	19.245
Organismos Internacionais	23.898	16.802	16.202
Bancos Privados e Agências Governamentais	4.345	3.302	3.043
II. HAVERES EXTERNOS	341	261	257
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	341	261	257
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	121.907	94.479	91.901
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	4,0%	2,9%	2,8%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em abril de 2010, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 91,9 bilhões, equivalentes a 2,8% do PIB, contra R\$ 121,9 bilhões (4,0% do PIB) em abril do ano anterior.

Comparativamente ao ano anterior, a redução foi de R\$ 30,0 bilhões, passando de R\$ 121,9 bilhões em abril de 2009 para R\$ 91,9 bilhões em abril de 2010. Em percentual do PIB, a redução foi de 1,3 p.p.

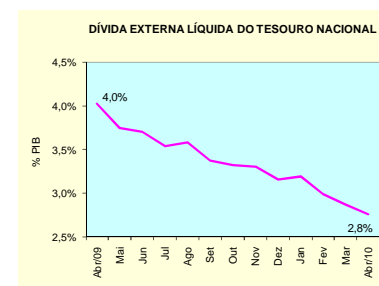
TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, ABR/2010

Discriminação	Estoque Mar/10	Fatores de Variação				Estoque Abr/10
		Emissões	Resgates ¹	Juros ²	Variação Cambial	
		R\$ milhões				
Dívida Mobiliária³	74.635	1.374	(1.243)	660	(2.513)	72.913
Global US\$	56.463	1.374	(1.243)	441	(2.141)	54.895
Euro	7.342	0	0	105	(367)	7.080
Global BRL	10.635	0	0	113	0	10.748
Demais	195	0	0	1	(6)	190
Dívida Contratual	20.105	35	(413)	95	(577)	19.245
Org. Internacionais	16.802	35	(213)	74	(496)	16.202
Bancos Priv./Ag. Gov.	3.302	0	(200)	22	(81)	3.043
Total	94.740	1.409	(1.656)	755,4	(3.090)	92.158

¹ Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.

² Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

³ A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFI.



Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 79,1% (R\$ 72,9 bilhões); e a dívida contratual representa 20,9% (R\$ 19,2 bilhões).

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Receitas Primárias do Governo Central

Tabela A3 – Despesas primárias do Governo Central

Tabela A4 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A5 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A6 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A8 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A9 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Abril 2010/2009

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

	Abr/2009	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2010
I. RECEITA TOTAL	62.886,2	56.336,7	55.031,9	60.323,9	60.823,2	53.503,4	69.410,0	74.239,9	79.647,5	73.899,1	57.107,2	62.550,3	78.569,9
I.1. Receitas do Tesouro	48.620,8	41.756,3	40.775,0	45.857,3	46.222,8	39.227,5	54.367,3	57.189,3	53.797,3	59.661,4	41.701,1	46.492,6	62.054,3
I.1.1. Receita Bruta	48.836,1	42.292,6	42.707,7	48.270,6	47.183,4	40.225,6	55.725,3	59.509,0	56.927,9	60.488,6	42.030,1	46.767,0	62.589,6
I.1.1.1. Impostos	22.855,0	17.502,1	21.455,9	21.822,7	17.257,9	18.453,4	26.120,0	23.867,6	24.866,7	28.882,0	17.630,9	21.624,9	28.059,3
IR	17.782,2	12.755,0	16.385,1	16.492,3	11.942,3	12.698,2	20.041,6	16.821,7	18.087,1	22.598,7	11.801,8	15.204,6	21.267,7
IR - Pessoa Física	3.315,5	1.507,4	1.246,2	1.098,0	1.291,5	1.301,4	1.342,4	1.291,6	718,9	667,8	612,3	609,9	4.140,9
IR - Pessoa Jurídica	7.875,2	4.950,5	5.818,4	8.315,3	4.558,9	5.270,7	11.533,0	7.345,1	5.816,5	11.796,5	4.980,7	6.816,3	9.447,4
IR - Retido na Fonte	6.591,6	6.297,2	9.320,5	7.079,1	6.091,8	6.126,1	7.166,2	8.185,0	11.551,7	10.134,4	6.208,8	7.778,4	7.679,4
IRRF - Rendimentos do Trabalho	4.217,2	3.811,0	4.119,8	3.954,5	3.966,6	3.864,6	3.979,5	4.972,6	5.131,0	6.131,5	4.182,8	5.213,3	4.868,4
IRRF - Rendimentos do Capital	1.324,0	1.359,7	4.146,8	1.534,7	960,8	1.049,4	1.621,4	1.303,1	4.444,6	2.387,0	1.113,0	1.232,4	1.523,8
IRRF - Remessas ao Exterior	602,7	670,4	614,8	1.151,1	654,6	639,9	892,6	957,7	1.465,5	998,0	489,1	840,2	750,4
IRRF - Outros Rendimentos	447,7	456,1	439,0	438,8	509,8	572,2	672,6	951,6	510,6	617,7	423,9	492,5	536,8
IPI	2.452,8	2.136,0	2.407,4	2.449,6	2.441,5	2.656,2	2.997,2	3.215,0	3.189,2	2.876,5	2.548,8	2.751,5	3.195,2
IPI - Fumo	276,3	111,3	358,0	280,3	279,5	281,5	310,4	311,1	305,4	339,9	318,9	319,8	318,9
IPI - Bebidas	147,4	176,7	169,8	185,4	177,4	174,9	190,6	211,2	229,8	283,2	181,6	168,7	180,1
IPI - Automóveis	214,5	144,7	170,3	199,6	174,0	195,7	228,7	285,2	315,8	288,3	241,2	282,4	436,3
IPI - Vinculado a importação	637,3	636,3	636,1	640,4	631,9	717,4	742,8	750,2	791,2	716,8	716,8	905,2	802,8
IPI - Outros	1.177,2	1.067,0	1.073,2	1.144,0	1.178,7	1.286,6	1.524,7	1.657,3	1.546,9	1.248,3	1.090,7	1.100,0	1.456,1
IOF	1.427,0	1.451,5	1.505,3	1.628,9	1.571,9	1.453,3	1.581,5	2.238,1	2.133,2	1.958,9	1.896,9	1.917,7	2.091,6
Imposto de Importação	1.184,7	1.149,8	1.149,6	1.244,9	1.290,9	1.378,0	1.444,4	1.536,6	1.424,4	1.440,3	1.376,5	1.743,0	1.496,3
Outros	8,3	9,7	8,5	7,0	11,3	267,7	55,3	56,4	32,7	7,6	6,8	8,1	8,5
I.1.1.2. Contribuições	17.460,4	15.301,5	16.159,1	18.499,4	16.683,2	18.158,9	20.895,5	21.057,7	19.785,2	23.440,0	17.381,3	18.550,6	20.901,3
COFINS	9.295,3	8.867,6	9.399,5	9.831,3	9.832,2	10.260,1	11.016,8	12.240,3	12.218,5	11.494,9	10.112,4	10.485,7	11.286,0
CPMF	9,5	13,0	11,8	10,7	32,6	39,0	5,7	96,4	4,4	8,8	13,1	5,0	4,0
CSLL	4.239,7	2.611,0	2.757,8	4.355,8	2.573,6	3.306,2	5.040,0	3.830,1	2.679,6	6.331,8	2.835,6	3.429,3	4.903,6
CIDE-Combustíveis	340,4	359,1	379,7	529,9	603,4	609,6	618,2	639,5	632,4	690,2	680,1	586,2	562,4
Pis/Pasep	2.499,3	2.437,1	2.548,8	2.586,4	2.576,9	2.807,7	3.131,8	3.132,1	3.064,0	3.029,6	2.605,2	2.772,6	2.973,8
Salário Educação	755,5	719,5	748,4	756,8	745,6	784,3	769,4	773,8	813,8	1.421,9	831,1	823,9	826,0
Outras	320,8	294,2	313,0	428,5	319,0	352,1	313,5	345,5	372,5	462,8	304,0	447,9	345,5
I.1.1.3. Demais	8.520,7	9.489,0	5.092,7	7.948,5	13.242,2	3.613,3	8.709,8	14.583,7	12.276,0	8.166,6	7.017,7	6.591,5	13.629,0
CPSS ¹	685,6	685,8	679,8	746,2	742,4	704,1	749,9	1.208,2	971,1	781,7	757,2	759,1	770,3
Cota parte de compensações financeiras	2.218,9	839,1	1.063,3	2.884,4	938,3	1.156,9	3.712,9	1.268,8	1.269,3	3.837,3	1.330,2	1.271,8	3.953,3
Diretamente arrecadadas	3.550,4	1.863,3	1.630,6	2.029,5	1.630,0	1.772,8	1.599,1	1.644,9	1.801,8	2.229,3	1.624,3	2.112,3	4.121,4
Concessões	73,1	1.170,5	42,7	111,6	7,3	1.150,1	174,7	12,6	105,4	233,5	7,1	19,0	15,3
Dividendos	1.618,4	3.755,7	1.135,9	1.719,6	7.814,3	37,9	27,5	2.509,6	5.872,2	78,9	2.052,2	1.069,0	4.014,8
Outras	374,4	1.174,6	540,4	457,1	2.110,0	-1.208,5	2.445,7	7.939,6	2.256,2	1.006,0	1.246,6	1.360,3	750,4
I.1.2. (-) Restituições	-187,9	-508,8	-1.932,7	-2.413,4	-960,6	-998,1	-1.358,0	-2.319,7	-3.130,6	-822,0	-329,0	-274,4	-445,9
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-27,3	-27,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-5,2	0,0	0,0	-89,4
I.2. Receitas da Previdência Social	14.089,7	14.400,8	14.063,9	14.287,4	14.400,2	14.091,0	14.864,9	16.808,5	25.591,5	14.076,0	15.207,3	15.882,9	16.330,1
Urbana	13.665,1	13.926,8	13.642,2	13.925,5	14.033,3	13.727,8	14.496,9	16.410,0	25.147,2	13.720,4	14.884,1	15.506,0	15.932,4
Rural	424,6	474,0	421,7	361,8	366,9	363,2	368,0	398,5	444,3	355,6	323,2	377,0	397,7
I.3. Receitas do Banco Central	175,6	179,6	193,1	179,2	200,3	185,0	177,8	242,1	258,6	161,7	198,8	174,8	185,5
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	9.347,8	12.835,0	12.915,2	7.796,1	10.093,0	8.111,1	10.946,5	12.176,5	13.896,2	10.650,6	12.953,3	9.015,0	11.606,6
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	7.829,6	9.345,4	8.079,4	6.232,7	7.233,6	6.436,3	7.431,5	9.145,5	12.046,9	7.688,1	9.316,4	6.968,0	8.312,3
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ²	162,5	162,5	2.112,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	28,2	0,0	0,0	254,0	0,0	0,0	406,4	0,0	0,0	453,1	0,0	0,0	454,7
II.4. Demais	1.327,6	3.327,1	2.723,2	1.147,0	2.696,9	1.512,3	2.946,2	2.868,5	1.686,9	2.346,8	3.474,4	1.884,5	2.677,1
II.4.1. Salário Educação	435,1	453,3	431,7	449,0	454,1	447,4	470,6	461,7	464,3	488,3	853,2	498,7	494,3
II.4.2. Royalties (lei nº 9.478/97)	539,7	1.328,7	622,0	676,8	1.750,8	764,8	796,1	2.100,2	917,3	879,2	2.169,5	932,1	872,9
II.4.3. Fundef/Fundeb	340,0	780,0	1.460,0	0,0	480,0	283,2	566,4	283,2	283,2	441,1	441,1	441,1	441,1
II.4.4. Outras	12,8	765,0	209,5	21,1	12,1	16,9	1.113,1	23,4	22,1	538,2	10,7	12,7	868,8

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

	Abr/2009	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2010
I. DESPESA TOTAL	43.507,0	43.868,6	42.734,9	51.018,1	47.347,5	53.206,0	47.228,6	51.400,6	63.830,6	49.382,1	45.339,0	58.094,8	50.387,2
I.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	11.099,4	10.867,4	11.348,2	14.375,4	11.422,6	11.701,8	11.746,6	13.400,3	16.869,3	14.222,6	12.139,5	15.159,4	11.972,0
I.2. Benefícios Previdenciários	17.189,1	17.140,5	17.445,3	17.380,8	19.591,7	23.263,8	17.639,1	19.924,7	23.835,0	17.784,4	18.988,4	22.609,3	19.341,9
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano ²	13.772,6	13.723,0	13.964,4	13.912,5	15.666,4	18.602,7	14.152,4	15.956,6	19.097,6	14.247,2	15.201,6	18.096,7	15.487,8
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Rural ²	3.416,5	3.417,5	3.480,9	3.468,3	3.925,3	4.661,1	3.486,7	3.968,1	4.737,5	3.537,2	3.786,8	4.512,6	3.854,1
I.3. Custeio e Capital	14.879,7	15.568,6	13.633,5	18.929,2	15.972,3	17.891,3	17.491,6	17.640,5	22.657,2	17.126,9	13.929,4	19.938,8	18.706,9
I.3.1. Despesa do FAT	1.705,4	1.930,2	1.925,4	4.926,0	2.798,2	2.347,3	2.462,8	2.101,1	2.151,7	1.425,6	1.799,6	2.077,7	1.976,5
I.3.1.1. Abono e Seguro Desemprego	1.667,4	1.882,9	1.898,5	4.896,7	2.768,1	2.312,5	2.409,1	2.049,8	2.093,5	1.402,5	1.741,7	2.027,5	1.932,1
I.3.1.2. Demais Despesas do FAT	38,1	47,3	26,9	29,3	30,1	34,8	53,7	51,3	58,2	23,1	57,9	50,2	44,4
I.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ³	716,3	721,3	-1.365,9	697,7	871,0	940,3	1.443,5	722,7	479,4	965,9	755,0	1.080,5	672,1
I.3.2.1. Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	432,8	289,9	-1.619,7	599,6	714,5	733,9	1.264,3	401,8	356,3	771,3	492,2	857,2	369,5
Equalização de custeio agropecuário	2,4	1,8	1,6	1,5	1,2	2,4	2,0	2,3	2,6	3,0	3,4	4,3	4,2
Equalização de invest. rural e agroindustrial ⁴	0,1	-118,8	0,3	0,7	-13,0	23,2	-1,8	6,2	0,4	7,9	-0,1	0,7	1,0
Política de preços agrícolas	317,8	99,2	129,3	294,5	355,3	290,5	1.030,3	172,0	60,2	467,3	270,4	439,0	198,1
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	86,5	0,2	0,2	0,2
Equalização Aquisições do Governo Federal	227,3	29,5	33,6	152,2	324,9	212,3	1.003,4	131,9	-50,9	259,6	200,2	197,6	135,9
Garantia à Sustentação de Preços	90,4	69,6	95,6	142,3	30,3	78,2	26,8	40,0	111,0	121,2	70,0	241,2	62,0
Pronaf	8,0	106,1	22,4	28,5	100,6	217,6	110,5	82,0	-3,7	23,0	17,9	149,2	24,5
Equalização Empréstimo do Governo Federal	4,9	109,5	6,6	8,4	7,2	363,4	7,7	49,0	10,2	19,3	7,3	138,5	4,2
Concessão de Financiamento ⁵	3,1	-3,4	15,8	20,2	93,4	-145,9	102,9	33,1	-13,9	3,7	10,5	10,7	20,4
Proex	9,4	18,6	45,0	-63,4	41,2	-32,1	-9,8	-3,4	27,1	-125,3	-29,3	6,4	-28,5
Equalização Empréstimo do Governo Federal	59,3	27,1	29,9	52,4	27,1	11,9	19,8	7,3	33,7	5,5	0,5	30,7	7,4
Concessão de Financiamento ⁵	-50,0	-8,6	15,1	-115,8	14,2	-43,9	-29,7	-10,7	-6,6	-130,8	-29,8	-24,4	-35,8
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ⁶	27,5	136,0	90,4	0,1	0,5	0,9	1,0	2,3	199,7	29,4	0,0	32,1	2,3
Cacau	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	5,2	131,1	42,4	11,2	3,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo da terra/ INCRA ⁵	75,6	26,5	42,2	95,7	55,7	81,4	130,2	113,4	69,4	236,9	75,1	66,8	68,0
Funcafé	3,3	7,3	2,3	1,5	0,7	1,6	1,2	3,3	2,9	20,0	5,4	9,0	16,2
Revitaliza	0,0	32,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ⁵	-11,5	-20,3	-2.121,1	-9,8	-14,7	-1,6	-2,6	-2,5	-2,3	-1,7	-0,9	-0,9	-1,4
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	162,7	119,1	144,6	138,8	0,0	0,0	0,0	110,9	150,4	150,6	85,0
I.3.2.2. Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	283,5	431,4	253,9	98,1	156,6	206,4	179,2	321,0	123,0	194,7	262,8	223,3	302,5
I.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁷	1.581,2	1.586,7	1.598,3	1.593,2	1.601,7	1.610,9	1.628,5	1.633,9	1.641,6	1.587,6	1.977,7	1.830,2	1.835,1
I.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	10.876,7	11.330,4	11.475,7	11.712,2	10.701,4	12.992,8	11.956,6	13.182,8	18.384,6	13.147,7	9.397,1	14.950,5	14.223,3
I.3.4.1. Sentenças Judiciais	15,4	15,1	17,5	30,8	9,4	17,4	17,0	14,2	13,3	9,1	6,7	83,5	1.187,8
I.3.4.2. Legislativo/Judiciário	466,9	452,2	446,4	464,0	433,5	441,6	421,1	452,5	596,4	435,1	434,1	581,0	504,2
Legislativo	91,2	90,8	87,2	80,9	92,3	84,9	73,6	93,2	111,8	73,5	87,3	107,7	103,1
Judiciário	375,7	361,4	359,1	383,2	341,2	356,7	347,5	359,2	484,6	361,6	346,8	473,3	401,1
I.3.4.3. Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	226,8	189,8	761,2	176,6	212,5	326,5	131,6	146,4	262,1	339,9	141,8	387,8	1.391,3
I.3.4.4. Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	998,0	1.180,8	1.064,3	1.692,2	1.208,6	1.760,1	1.925,0	2.038,9	4.478,4	1.059,3	1.207,8	1.729,6	1.382,0
I.3.4.5. Outras Obrigatórias	72,8	80,7	71,4	284,5	241,5	31,0	121,3	160,5	236,0	456,6	63,6	229,3	99,3
I.3.4.6. Discricionárias	9.096,8	9.411,7	9.114,9	9.064,1	8.595,8	10.416,3	9.340,6	10.370,4	12.798,4	10.847,6	7.543,1	11.939,3	9.658,5
I.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	100,1	88,8	88,5	89,6	106,3	102,1	104,1	104,0	142,1	78,5	113,2	96,3	99,9
I.5. Despesas do Banco Central	238,8	203,2	219,4	243,1	254,5	247,0	247,2	331,2	326,9	169,7	168,4	290,9	266,5
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	772,4	807,1	811,4	805,6	884,0	843,0	876,7	1.493,7	1.241,1	833,6	926,8	847,2	931,4
RMV ⁷	162,7	160,4	158,8	157,0	155,5	153,9	152,6	151,1	149,9	144,6	176,8	160,3	158,9

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

² Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

³ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁴ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais", nos valores de R\$ 13,6 milhões em agosto e R\$ em 2,0 milhões em outubro de 2009.

⁵ Concessão de empréstimos menos retornos.

⁶ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

⁷ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

	Abr/2009	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2010
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	59.479,9	62.253,4	57.326,4	54.386,0	61.198,2	51.628,9	62.871,4	78.867,4	93.506,6	52.555,0	68.555,2	62.503,3	68.046,2
I.1 - Recolhimento Bruto	42.264,7	45.245,3	40.844,4	36.534,3	43.503,5	35.731,1	44.224,3	60.061,0	65.362,1	34.740,0	51.423,9	43.189,7	47.965,8
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-5,2	-89,4	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.878,7	1.171,0	2.103,2	1.596,5	1.638,6	1.245,3	1.774,8	1.602,3	1.660,2	1.112,0	1.501,4	2.318,7	1.799,7
I.4 - Receita das Operações de Crédito	250,9	465,1	93,7	254,4	699,2	339,1	124,7	128,6	120,5	208,0	57,0	111,4	101,2
I.5 - Receita do Salário Educação	835,2	799,9	833,2	840,6	827,5	870,6	853,9	858,4	902,1	1.585,4	922,0	909,9	917,2
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	14.250,4	14.572,1	13.452,0	15.160,3	14.529,4	13.442,7	15.893,8	16.217,2	25.461,8	14.914,7	14.740,3	15.973,6	17.262,2
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	56.454,8	67.537,3	63.967,7	69.196,1	69.322,7	67.088,5	61.280,4	75.312,7	74.712,9	68.407,7	54.442,8	58.358,0	52.021,6
II.1 - Liberações Vinculadas	12.006,4	14.767,8	14.246,0	10.703,5	12.329,3	10.489,7	12.765,1	14.947,3	16.982,1	11.849,4	12.847,7	10.131,6	13.431,6
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	8.350,8	9.966,2	8.615,3	6.643,8	7.711,9	6.859,8	7.918,5	9.753,5	12.702,5	8.193,0	9.932,8	7.425,9	8.861,0
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.016,0	1.792,2	1.065,5	1.393,3	2.216,8	1.170,8	1.881,4	2.585,5	1.399,4	21,9	10,8	12,3	68,8
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	162,5	2.112,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	679,1	162,5	162,5	1.762,5
II.1.4 - Outras Vinculações	2.477,1	2.846,9	2.452,6	2.503,9	2.238,0	2.296,7	2.802,6	2.445,9	2.717,7	2.955,4	2.741,7	2.530,9	2.739,4
II.2 - Liberações Ordinárias	44.448,4	52.769,5	49.721,8	58.492,5	56.993,4	56.598,9	48.515,4	60.365,4	57.730,8	56.558,3	41.595,1	48.226,4	38.590,0
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	11.815,1	12.083,4	15.314,6	12.565,0	12.919,8	12.650,0	12.944,6	18.721,5	14.850,2	879,2	2.169,5	932,0	872,9
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.208,9	2.513,1	719,4	1.800,2	1.007,5	115,8	1.000,9	136,8	872,2	980,1	308,3	938,6	1.503,1
i) Dívida Contratual Interna	105,8	90,9	101,5	94,3	98,7	98,4	100,7	95,8	102,7	71,0	100,9	103,5	102,0
ii) Dívida Contratual Externa	1.103,1	2.422,1	617,9	1.705,9	908,8	17,4	900,2	41,0	769,5	909,1	207,3	835,1	1.401,1
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	2.199,4	8.698,6	2.317,0	14.014,9	2.677,0	9.522,0	4.209,5	8.566,0	5.923,0	17.020,8	3.810,6	7.909,6	1.219,2
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	17.285,8	16.905,9	17.513,0	17.369,2	27.506,8	19.681,1	16.763,8	18.130,5	14.284,9	25.041,7	21.868,4	22.834,0	18.841,5
II.2.5 - Custeio e Investimento	11.648,0	12.020,9	13.544,0	12.438,1	12.663,0	14.054,6	13.366,4	14.542,2	21.422,6	12.328,9	13.322,6	15.101,1	15.998,1
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	291,3	547,6	313,8	305,1	219,2	575,3	230,3	268,3	377,8	307,7	115,8	511,0	155,3
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	3.025,1	-5.283,9	-6.641,3	-14.810,0	-8.124,5	-15.459,6	1.591,0	3.554,7	18.793,8	-15.852,7	14.112,4	4.145,4	16.024,7
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	-3.428,6	32.074,9	50.618,1	26.731,6	-21.287,6	52.647,3	46.679,4	35.717,8	121.069,3	41.250,2	31.246,1	77.921,7	35.490,2
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	-4.900,3	30.707,0	49.166,2	25.791,3	-22.337,3	51.156,8	45.436,1	34.755,1	119.788,8	40.433,8	29.365,5	76.687,8	34.145,7
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.471,7	1.367,9	1.451,9	940,3	1.049,7	1.490,5	1.243,2	962,8	1.280,5	816,4	1.880,6	1.233,9	1.344,5
V. DESPESAS	27.675,6	27.050,4	16.383,2	30.363,0	3.678,8	31.410,9	39.617,4	12.656,8	27.351,7	83.287,1	1.777,8	35.107,0	19.201,3
V.1 - Amortização da Dívida Interna	27.071,2	24.966,6	14.050,1	29.322,0	3.466,0	31.358,2	38.599,9	10.386,8	26.721,4	82.852,6	656,0	34.462,3	17.897,8
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	26.887,6	24.787,4	13.873,0	29.140,1	3.288,3	31.175,0	38.402,0	10.200,0	26.438,5	82.719,2	470,4	34.270,4	17.700,8
V.1.2 - Dívida Contratual	183,5	179,2	177,1	181,9	177,7	183,2	197,9	186,8	282,9	133,4	185,5	191,9	197,0
V.2 - Amortização da Dívida Externa	604,4	2.083,7	2.333,0	1.041,0	212,8	52,7	1.017,5	2.269,9	630,3	434,5	1.121,8	644,7	1.303,4
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	-31.787,9	5.919,6	35.293,2	-3.348,8	-25.625,6	19.981,8	7.034,1	24.555,1	93.350,3	-42.285,4	28.895,1	42.417,4	16.444,8
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	14.472,2	6.596,8	235,8	-14.656,0	42.096,9	-210,5	-9.688,9	-7.895,6	-4.763,1	-40.661,5	6.160,9	12.292,4	-12.607,4
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	-13.606,9	6.337,4	27.829,4	-33.097,5	9.006,0	5.566,2	-1.035,9	18.720,1	107.748,2	-98.551,2	49.741,6	59.252,4	19.706,2

TABELA A5 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Abr/2009	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2010
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	25.972,2	17.396,8	3.735,8	11.344,0	42.996,9	2.989,5	2.641,5	3.017,7	3.165,5	4.338,5	8.160,9	12.292,4	3.092,6
I.1. Emissão de Títulos	22.865,1	14.003,8	222,8	8.176,9	39.598,9	0,0	0,0	0,0	0,0	1.570,1	5.137,4	8.934,5	0,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.954,9	3.223,0	3.328,8	2.943,9	3.138,5	2.830,5	2.519,3	2.898,9	3.098,8	2.609,8	2.779,5	2.824,2	2.915,1
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	152,2	170,0	184,3	223,2	259,5	159,0	122,2	118,8	66,7	158,6	244,1	533,6	177,5
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	11.500,0	10.800,0	3.500,0	26.000,0	900,0	3.200,0	12.330,5	10.913,3	7.928,6	-45.000,0	-2.000,0	0,0	-15.700,0
II.1. Resgate de Títulos	11.000,0	7.880,7	2.943,1	20.000,0	3,3	2.100,0	11.210,0	8.102,2	5.857,9	-36.000,0	0,0	0,0	-14.000,0
II.2. Encargos da DPMF	500,0	2.919,3	556,9	6.000,0	896,7	1.100,0	1.120,5	2.811,1	2.070,7	-9.000,0	-2.000,0	0,0	-1.700,0
III. RESULTADO (I - II)	14.472,2	6.596,8	235,8	-14.656,0	42.096,9	-210,5	-9.688,9	-7.895,6	-4.763,1	49.338,5	10.160,9	12.292,4	18.792,6

* Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Abr/09	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/10
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	543.876,3	557.926,9	571.141,3	596.683,4	601.634,7	643.916,7	665.838,4	666.548,8	724.439,9	711.371,8	721.828,9	787.595,7	781.861,6
I.1. DÍVIDA INTERNA	1.736.813,5	1.750.014,5	1.821.636,1	1.841.321,7	1.896.688,4	1.917.834,7	1.919.935,6	1.940.698,1	2.037.584,5	1.949.887,6	1.994.164,7	2.057.893,3	2.145.910,6
DPMFi em Poder do Público ¹	1.261.787,1	1.274.255,2	1.321.875,6	1.349.885,5	1.400.982,4	1.385.888,8	1.370.813,0	1.389.867,6	1.398.415,5	1.355.728,1	1.397.662,8	1.400.381,9	1.492.913,0
DPMFi em Poder do Banco Central	474.243,2	475.565,3	499.646,1	490.801,4	494.092,3	530.202,9	547.458,8	549.108,3	637.815,0	600.725,7	603.739,1	665.276,3	661.210,1
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-21.150,0	-21.609,2	-21.579,0	-20.943,0	-19.826,5	-19.547,2	-19.535,5	-19.368,0	-19.603,2	-23.320,2	-23.752,1	-24.046,9	-24.257,8
Demais Obrigações Internas	21.933,1	21.803,2	21.693,3	21.577,7	21.440,2	21.290,2	21.199,4	21.090,2	20.957,2	16.753,9	16.515,0	16.282,0	16.045,2
I.2. HAVERES INTERNOS	1.192.937,2	1.192.087,6	1.250.494,8	1.244.638,3	1.295.053,7	1.273.918,0	1.254.097,2	1.274.149,3	1.313.144,6	1.238.515,8	1.272.335,8	1.270.297,6	1.364.049,0
Disponibilidades Internas	374.393,5	375.963,9	407.426,1	380.316,0	394.429,1	376.166,2	354.762,6	374.151,7	406.470,3	323.739,2	354.981,9	351.257,7	369.435,1
Haveres junto aos Governos Regionais	443.839,8	443.091,1	442.402,3	440.796,7	438.349,3	437.716,3	437.968,2	437.655,7	437.364,9	437.876,7	440.663,7	443.630,7	445.301,5
Haveres da Administração Indireta	208.259,8	210.098,0	212.328,5	211.406,8	213.996,7	215.177,2	216.904,5	218.294,6	220.960,1	220.090,4	220.930,6	221.134,2	221.718,5
Haveres Administrados pela STN	166.444,0	162.934,6	188.337,9	212.118,7	248.278,6	244.858,4	244.461,9	244.047,4	248.349,3	256.809,5	255.759,6	254.275,0	327.593,9
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	121.907,4	113.759,3	112.440,0	106.911,6	108.682,9	102.844,3	101.364,9	101.723,8	98.743,6	101.634,7	97.028,6	94.479,0	91.901,3
II.1. DÍVIDA EXTERNA	122.247,9	114.057,9	112.728,0	107.201,0	108.968,1	103.041,9	101.615,1	101.976,2	98.974,4	101.927,8	97.307,0	94.740,1	92.158,2
Dívida Mobiliária	94.004,8	88.517,7	87.535,6	83.039,3	84.541,6	80.266,4	79.552,6	80.080,9	78.904,7	80.385,9	76.578,4	74.635,5	72.913,1
Dívida Contratual	28.243,0	25.540,2	25.192,5	24.161,7	24.426,5	22.775,5	22.062,6	21.895,4	20.069,7	21.541,9	20.728,6	20.104,6	19.245,1
II.2. HAVERES EXTERNOS	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1	278,3	261,1	256,8
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1	278,3	261,1	256,8
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)	665.783,7	671.686,2	683.581,2	703.595,0	710.317,6	746.761,0	767.203,2	768.272,6	823.183,6	813.006,5	818.857,5	882.074,7	873.762,9
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB²	22,0%	22,1%	22,5%	23,3%	23,4%	24,5%	25,2%	25,0%	26,3%	25,5%	25,2%	26,8%	26,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

² PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A7 - DÍVIDA DO TESOIRO NACIONAL

R\$ milhões

	Abr/09	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/10
I. DÍVIDA INTERNA	1.736.813,5	1.750.014,5	1.821.636,1	1.841.321,7	1.896.688,4	1.917.834,7	1.919.935,6	1.940.698,1	2.037.584,5	1.949.887,6	1.994.164,7	2.057.893,3	2.145.910,6
I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO¹	1.261.787,1	1.274.255,2	1.321.875,6	1.349.885,5	1.400.982,4	1.385.888,8	1.370.813,0	1.389.867,6	1.398.415,5	1.355.728,1	1.397.662,8	1.400.381,9	1.492.913,0
LFT	483.897,7	500.767,9	499.212,2	537.902,9	545.295,8	511.364,2	516.223,4	519.676,3	500.224,2	517.195,8	526.403,3	500.457,9	536.704,9
LTN	187.246,1	199.825,5	232.028,3	217.223,0	237.052,5	246.156,7	214.246,5	232.589,4	247.269,5	214.563,2	229.229,9	240.957,3	272.071,3
NTN-B	315.888,4	291.850,7	301.300,4	307.032,7	320.389,4	324.946,6	330.145,6	322.134,5	329.996,9	341.459,1	351.579,4	361.080,0	368.096,3
NTN-C	57.716,9	58.078,5	58.481,8	56.918,9	57.160,8	57.299,3	57.186,4	57.677,5	58.006,3	56.882,5	57.943,2	58.654,9	58.937,0
NTN-F	172.541,6	180.324,9	187.542,1	188.561,6	200.957,7	206.634,1	213.814,0	218.763,9	224.206,1	186.499,8	193.779,0	200.634,6	219.519,3
Dívida Securitizada	14.709,8	14.829,8	14.822,3	14.268,3	12.160,6	12.113,2	12.113,4	12.068,6	12.058,1	11.945,0	11.896,1	11.856,3	11.306,0
Demais Títulos em Poder do Público	29.786,6	28.577,8	28.488,5	27.978,1	27.965,5	27.375,0	27.083,6	26.957,4	26.654,4	27.182,8	26.831,8	26.740,9	26.278,2
I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL	474.243,2	475.565,3	499.646,1	490.801,4	494.092,3	530.202,9	547.458,8	549.108,3	637.815,0	600.725,7	603.739,1	665.276,3	661.210,1
LFT	200.594,8	206.040,9	215.088,7	224.706,8	226.266,5	227.837,0	229.417,8	230.933,6	242.856,3	244.459,8	245.912,0	247.780,2	249.427,5
LTN	95.271,1	99.951,2	109.976,1	91.986,9	92.866,9	103.792,4	96.592,4	100.486,6	132.190,7	103.068,7	103.862,7	120.428,9	107.551,9
Demais Títulos na Carteira do BCB	178.377,3	169.573,1	174.581,3	174.107,7	174.959,1	198.573,5	221.448,5	217.688,1	262.768,1	253.197,3	253.964,4	297.067,2	304.230,8
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	-21.150,0	-21.609,2	-21.579,0	-20.943,0	-19.826,5	-19.547,2	-19.535,5	-19.368,0	-19.603,2	-23.320,2	-23.752,1	-24.046,9	-24.257,8
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	21.933,1	21.803,2	21.693,3	21.577,7	21.440,2	21.290,2	21.199,4	21.090,2	20.957,2	16.753,9	16.515,0	16.282,0	16.045,2
II. DÍVIDA EXTERNA	122.247,9	114.057,9	112.728,0	107.201,0	108.968,1	103.041,9	101.615,1	101.976,2	98.974,4	101.927,8	97.307,0	94.740,1	92.158,2
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	94.004,8	88.517,7	87.535,6	83.039,3	84.541,6	80.266,4	79.552,6	80.080,9	78.904,7	80.385,9	76.578,4	74.635,5	72.913,1
Euro	10.808,1	10.534,9	10.306,2	10.121,9	10.307,8	9.776,6	9.731,3	10.014,7	9.382,0	9.618,9	7.865,3	7.342,1	7.080,1
Global US\$	72.325,0	67.039,4	66.188,7	62.381,7	63.720,2	59.927,8	59.164,5	59.309,5	58.668,0	60.085,2	57.942,7	56.463,4	54.894,9
Global BRL	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.242,4	10.340,4	10.438,4	10.536,4	10.634,3	10.443,2	10.538,8	10.635,4	10.748,4
Demais Títulos Externos	306,8	279,4	277,7	267,8	271,1	221,6	218,5	220,4	220,3	238,7	231,6	194,5	189,7
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	28.243,0	25.540,2	25.192,5	24.161,7	24.426,5	22.775,5	22.062,6	21.895,4	20.069,7	21.541,9	20.728,6	20.104,6	19.245,1
Organismos Multilaterais	23.897,7	21.550,4	21.387,3	20.487,6	20.645,9	19.224,3	18.747,4	18.534,1	16.855,2	17.963,4	17.278,1	16.802,4	16.202,2
Credores Privados e Ag. Governamentais	4.345,3	3.989,9	3.805,2	3.674,1	3.780,6	3.551,3	3.315,2	3.361,2	3.214,5	3.578,5	3.450,5	3.302,2	3.042,9
III. DÍVIDA DO TESOIRO NACIONAL (I+II)	1.859.061,3	1.864.072,4	1.934.364,1	1.948.522,7	2.005.656,5	2.020.876,7	2.021.550,7	2.042.674,3	2.136.558,9	2.051.815,4	2.091.471,6	2.152.633,4	2.238.068,8
DÍVIDA DO TESOIRO NACIONAL/PIB²	61,3%	61,4%	63,7%	64,5%	66,1%	66,3%	66,3%	66,4%	68,2%	64,4%	64,4%	65,4%	67,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1) Inclui TDA e dívida securitizada.

2) PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A8 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Abr/09	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/10
I. HAVERES INTERNOS	1.192.937,2	1.192.087,6	1.250.494,8	1.244.638,3	1.295.053,7	1.273.918,0	1.254.097,2	1.274.149,3	1.313.144,6	1.238.515,8	1.272.335,8	1.270.297,6	1.364.049,0
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	374.393,5	375.963,9	407.426,1	380.316,0	394.429,1	376.166,2	354.762,6	374.151,7	406.470,3	323.739,2	354.981,9	351.257,7	369.435,1
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	443.839,8	443.091,1	442.402,3	440.796,7	438.349,3	437.716,3	437.968,2	437.655,7	437.364,9	437.876,7	440.663,7	443.630,7	445.301,5
Bônus Renegociados	7.948,9	7.311,1	7.105,3	6.826,7	6.924,9	6.459,3	6.010,3	6.065,0	6.071,5	6.503,9	6.337,6	6.187,9	5.738,8
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.724,1	2.697,3	2.670,3	2.645,7	2.618,0	2.590,1	2.563,0	2.534,2	2.506,8	2.478,8	2.450,0	2.423,2	2.393,7
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	10.996,9	10.975,9	10.970,0	10.944,4	10.918,5	10.902,4	10.903,5	10.877,2	10.858,3	10.831,7	10.914,1	11.005,7	11.047,3
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	955,5	845,9	482,3	441,7	411,6	355,7	323,8	296,4	2,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	40.129,3	39.772,4	39.487,8	39.205,1	38.952,2	38.498,9	38.266,3	37.954,9	37.630,7	37.303,1	36.978,4	36.687,9	36.403,4
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	316.521,0	317.173,7	317.506,5	316.752,5	314.876,7	315.221,5	316.015,0	316.055,9	316.363,9	316.691,0	320.071,0	323.049,5	325.164,1
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	49.883,1	50.168,4	50.137,0	50.105,0	49.899,5	50.007,9	50.193,7	50.245,3	50.343,2	50.567,3	51.203,5	51.612,1	51.995,7
Antecipação de Royalties	11.979,3	11.509,3	11.444,3	11.318,5	11.220,3	11.221,0	11.262,4	11.213,4	11.197,4	11.078,8	10.282,3	10.261,7	10.162,7
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.701,9	2.637,2	2.598,7	2.557,2	2.527,7	2.459,4	2.430,2	2.413,5	2.390,3	2.422,0	2.426,7	2.402,7	2.395,7
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	208.259,8	210.098,0	212.328,5	211.406,8	213.996,7	215.177,2	216.904,5	218.294,6	220.960,1	220.090,4	220.930,6	221.134,2	221.718,5
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	136.653,7	136.977,2	137.628,7	135.776,0	136.788,6	137.180,5	138.107,3	139.286,9	140.673,7	139.187,2	139.798,6	140.442,2	141.062,9
Fundos Constitucionais Regionais	46.854,4	47.275,2	47.804,5	48.375,8	48.918,0	49.366,7	49.917,0	50.476,1	51.225,2	51.774,9	52.392,9	52.864,6	53.351,1
Fundos Diversos	24.751,7	25.845,5	26.895,3	27.255,0	28.290,1	28.630,0	28.880,3	28.531,6	29.061,2	29.128,3	28.739,1	27.827,4	27.304,6
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	166.444,0	162.934,6	188.337,9	212.118,7	248.278,6	244.858,4	244.461,9	244.047,4	248.349,3	256.809,5	255.759,6	254.275,0	327.593,9
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.561,2	5.563,4	5.565,5	5.566,0	5.567,8	5.569,8	5.572,2	5.574,4	5.576,8	5.579,2	5.589,0	5.592,7	5.593,8
Haveres de Operações Estruturadas	52.676,1	51.367,9	51.260,7	50.737,0	50.873,3	50.421,4	49.270,3	49.531,8	49.722,1	50.725,2	50.585,5	50.608,4	50.553,5
Haveres Originários de Privatizações	7.410,5	7.404,2	7.397,7	7.392,3	7.385,3	7.633,6	7.626,6	7.619,6	7.613,4	7.593,0	7.598,1	7.592,7	7.585,2
Haveres de Legislação Específica	72.214,6	70.801,8	96.781,3	121.186,3	157.299,8	154.406,7	154.376,0	153.431,7	157.661,1	164.669,8	163.654,8	162.730,8	236.049,9
Demais Haveres Administrados pela STN	28.581,6	27.797,2	27.332,7	27.237,1	27.152,4	26.826,9	27.616,7	27.889,8	27.775,8	28.242,4	28.332,2	27.750,4	27.811,6
II. HAVERES EXTERNOS	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1	278,3	261,1	256,8
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1	278,3	261,1	256,8
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.193.277,7	1.192.386,2	1.250.782,9	1.244.927,7	1.295.338,9	1.274.115,7	1.254.347,5	1.274.401,7	1.313.375,3	1.238.808,9	1.272.614,1	1.270.558,7	1.364.305,9
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	39,4%	39,3%	41,2%	41,2%	42,7%	41,8%	41,1%	41,4%	41,9%	38,9%	39,2%	38,6%	40,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1) PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A9 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO ABRIL 2010/2009 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2009						2010					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	279.212,6	18.169,1	502,1	500,0	9.784,2	10.284,2	158.279,2	23.687,8	830,9	782,8	4.739,9	5.522,7
Senado Federal	47.287,9	9.021,2	782,6	767,8	2.704,8	3.472,5	46.063,0	3.862,3	1.184,0	1.184,0	2.012,7	3.196,7
Tribunal de Contas da União	44.069,8	2.622,6	69,6	69,6	9.276,2	9.345,8	59.523,7	23.105,8	711,7	707,9	10.777,5	11.485,3
Supremo Tribunal Federal	69.559,6	2.513,8	529,2	529,2	8.866,3	9.395,5	61.290,1	4.472,2	238,4	237,0	5.249,6	5.486,7
Superior Tribunal de Justiça	14.385,0	2.662,5	2.068,3	2.061,8	7.387,7	9.449,5	17.242,0	4.018,3	2.588,7	2.588,7	6.034,1	8.622,9
Justiça Federal ³	284.901,7	269.653,2	235.910,6	235.843,3	58.496,8	294.340,1	359.915,3	479.211,6	180.936,4	180.933,6	59.851,7	240.785,3
Justiça Militar	10.665,7	459,2	78,1	72,8	724,5	797,3	7.704,0	440,8	47,6	47,5	2.149,6	2.197,1
Justiça Eleitoral	168.302,9	68.195,4	1.617,1	1.505,3	70.501,4	72.006,7	450.944,4	115.299,4	1.727,1	1.361,0	77.506,8	78.867,8
Justiça do Trabalho	224.273,2	35.518,4	3.092,5	3.034,5	76.528,8	79.563,3	181.322,1	31.414,1	3.723,3	3.598,1	50.798,2	54.396,3
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	62.496,0	4.998,4	1.635,4	1.547,0	12.043,6	13.590,5	47.559,8	4.345,5	1.510,8	1.069,0	15.458,7	16.527,7
Conselho Nacional de Justiça	-	-	-	-	-	-	62.128,7	3.764,5	16,6	16,6	12.965,1	12.981,7
Presidência da República ⁴	1.789.836,9	330.201,4	7.318,3	2.178,0	157.791,2	159.969,2	1.782.978,1	399.723,4	11.545,0	11.340,9	196.185,5	207.526,4
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	407.330,6	20.469,6	275,7	244,6	12.060,2	12.304,7	838.003,8	70.002,5	43.454,2	13.668,2	175.150,7	188.818,9
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.172.208,0	21.158,7	7.724,5	7.250,5	123.296,3	130.546,8	1.518.632,8	108.944,5	3.595,3	1.915,8	113.689,5	115.605,4
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.476.637,5	301.132,8	160.315,8	85.282,7	128.042,3	213.324,9	1.875.147,5	126.440,8	26.896,2	22.070,5	179.772,8	201.843,3
Ministério da Fazenda	532.204,2	31.569,4	7.490,9	7.483,0	35.350,3	42.833,3	945.015,3	21.420,5	4.851,3	4.850,1	118.109,6	122.959,7
Ministério da Educação	5.023.403,8	363.943,0	48.274,5	39.995,4	627.041,2	667.036,6	6.599.115,1	611.904,9	71.052,2	63.770,2	1.659.459,2	1.723.229,3
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	172.473,3	4.590,1	1.778,5	1.450,3	6.974,8	8.425,1	316.168,1	2.163,4	770,8	770,8	4.886,1	5.656,9
Ministério da Justiça	913.695,7	73.247,4	3.477,5	3.439,2	123.760,7	127.199,9	1.191.464,0	38.254,9	886,5	689,8	149.359,2	150.049,0
Ministério de Minas e Energia	77.085,6	9.254,6	3.054,2	2.950,3	12.586,8	15.537,1	200.090,6	8.019,2	577,7	497,7	16.921,8	17.419,5
Ministério da Previdência Social	239.477,7	9.322,1	138,0	84,2	42.759,3	42.843,5	165.808,7	25.702,9	6.392,5	5.964,1	109.392,8	115.356,9
Ministério Público da União	149.092,1	10.931,9	217,9	216,0	45.168,5	45.384,5	160.973,1	4.000,9	792,4	792,4	40.498,0	41.290,4
Ministério das Relações Exteriores	122.416,0	6.401,9	5.730,3	5.730,3	1.663,1	7.393,4	163.000,0	12.003,6	9.848,0	9.845,5	2.166,6	12.012,1
Ministério da Saúde	3.644.624,5	99.345,2	18.907,7	17.940,1	473.756,6	491.696,7	4.446.449,5	444.622,2	85.226,8	84.226,2	619.843,0	704.069,1
Ministério do Trabalho e Emprego	82.768,4	177,5	35,2	32,2	7.682,8	7.715,1	40.934,3	1.192,6	133,3	132,1	17.140,0	17.272,1
Ministério dos Transportes	10.514.542,2	3.627.470,3	175.632,5	162.459,6	1.440.932,7	1.603.392,4	13.881.745,4	5.835.102,1	504.812,8	447.776,7	2.558.222,9	3.005.999,6
Ministério das Comunicações	99.929,8	489,7	34,4	34,4	15.893,2	15.927,6	46.941,4	1.918,0	90,9	90,9	3.854,6	3.945,5
Ministério da Cultura	228.897,1	20.187,1	111,4	111,4	27.051,6	27.163,0	413.450,6	39.933,0	356,0	309,6	29.380,7	29.690,3
Ministério do Meio Ambiente	180.638,0	2.149,6	194,0	155,6	12.974,8	13.130,4	106.315,0	5.570,2	281,5	281,4	13.627,2	13.908,6
Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.226.337,7	469.607,2	281.783,1	281.442,2	94.205,2	375.647,3	1.830.522,4	442.921,0	31.596,9	31.596,9	162.599,4	194.196,4
Ministério do Esporte	1.006.549,9	4.021,2	25,4	25,4	53.770,3	53.795,6	1.076.180,3	3.674,1	122,1	122,1	46.570,7	46.692,8
Ministério da Defesa	4.780.703,1	928.100,1	225.804,3	221.010,0	626.531,7	847.541,7	9.531.795,5	2.647.214,7	1.158.849,5	1.143.824,7	1.180.426,9	2.324.251,7
Ministério da Integração Nacional	5.259.054,3	797.595,0	60.684,3	57.789,8	381.544,8	439.334,6	5.782.525,6	898.633,9	152.993,7	152.421,3	821.716,0	974.137,3
Ministério do Turismo	2.150.741,3	73.537,5	688,4	688,4	63.684,6	64.372,9	2.732.313,4	66.987,5	101,7	101,7	248.097,3	248.198,9
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	256.025,5	42.128,0	40.012,3	40.012,3	44.336,0	84.348,3	347.847,1	50.750,6	38.443,1	38.443,1	31.812,7	70.255,9
Ministério das Cidades	8.884.404,2	1.036.635,1	135.267,3	134.601,9	627.570,9	762.172,7	7.475.512,8	1.719.030,2	487.506,0	485.538,0	1.326.925,8	1.812.463,8
Ministério da Pesca e Agricultura	-	-	-	-	-	-	457.901,0	17.035,9	1.197,9	1.197,9	14.851,7	16.049,6
Conselho Nacional do Ministério Público	-	-	-	-	-	-	3.772,8	9,0	-	-	-	-
TOTAL	52.596.231,7	8.697.480,3	1.431.261,9	1.318.538,8	5.442.743,9	6.761.282,7	65.382.576,4	14.296.798,5	2.835.889,8	2.714.764,8	10.088.204,5	12.802.969,3

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

¹ "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

² Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

³ Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 195,9 milhões, em 2008.

⁴ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XV - nº 4 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

ABRIL / 2010

Comentários

Em abril de 2010, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram um acréscimo de 19,8%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 6.437.289,7 (mil), ante R\$ 5.372.690,8 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF - Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	R\$ Mil								
	2009			2010			Variação Nominal		
	Março	Abril	Janeiro a Abril	Março	Abril	Janeiro a Abril	Abr / 2010 Mar / 2010	Abr / 2010 Abr / 2009	Jan a Abr/ 2010 Jan a Abr/ 2009
FPM	2.627.837,4	3.136.882,0	12.577.962,5	2.747.398,8	3.291.795,9	12.766.814,2	19,8%	4,9%	1,5%
FPE	2.511.044,4	2.988.706,7	12.010.183,2	2.625.292,0	3.145.493,7	12.199.399,6	19,8%	5,2%	1,6%
IPI-Exp	150.451,7	139.887,0	701.113,9	201.687,1	212.565,3	861.621,4	5,4%	52,0%	22,9%

Observações: Valores já deduzidos do FUNDEB (-20%);

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
ABRIL	+ 13 %	+ 19,8 %	+ 13 %	+ 19,8 %	+ 5 %	+ 5,4

Estimativa Trimestral

FUNDOS	MAI/ABR	JUN/MAI	JUL/JUN
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	+ 27 %	- 5 %	- 26 %
IPI - EXP	+ 11 %	+ 6 %	- 2 %

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/03/2010 a 20/04/2010, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
MAR/3º DEC	1.795.484	8.650.003	10.445.487	ABR/1º DEC	1.796.624	1.880.188	143.639	3.820.450
ABR/1º DEC	535.026	1.587.382	2.122.408	ABR/2º DEC	365.054	382.033	42.802	789.890
ABR/2º DEC	326.556	5.393.303	5.719.859	ABR/3º DEC	983.816	1.029.575	26.124	2.039.515
TOTAL	2.657.066	15.630.688	18.287.754	TOTAL	3.145.494	3.291.796	212.565	6.649.855

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Foram incluídas na arrecadação bruta acima (1º decêndio de abr/10) receitas de IR no valor de R\$ 433.551 mil e de IPI no valor de R\$ 96.981 mil decorrentes de classificação por estimativa efetuada pela Receita Federal do Brasil com fulcro na PT-MF 232/09, relativa a receitas arrecadadas no período de dez/09 a fev/10. O crédito correspondente ocorreu em 19/04/10.
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% para o FUNDEB.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	16.298,6	107.607,3	21,8
ALAGOAS	AL	78.367,7	130.855,7	573,4
AMAZONAS	AM	48.642,7	87.771,9	2.291,8
AMAPÁ	AP	11.675,2	107.324,2	224,2
BAHIA	BA	298.519,6	295.556,9	10.972,0
CEARÁ	CE	171.891,5	230.781,7	1.757,1
DISTRITO FEDERAL	DF	5.511,6	21.710,2	274,9
ESPÍRITO SANTO	ES	56.692,0	47.182,4	10.156,1
GOIÁS	GO	120.258,5	89.429,5	3.317,0
MARANHÃO	MA	137.179,4	227.048,0	2.200,6
MINAS GERAIS	MG	431.723,6	140.116,0	28.129,9
MATO GROSSO DO SUL	MS	50.127,2	41.898,0	2.021,3
MATO GROSSO	MT	60.805,0	72.594,8	2.628,5
PARÁ	PA	120.000,1	192.252,6	11.598,8
PARAÍBA	PB	106.376,0	150.634,5	379,6
PERNAMBUCO	PE	165.473,9	217.045,4	1.254,4
PIAUI	PI	87.275,5	135.929,4	73,6
PARANÁ	PR	223.415,7	90.690,9	18.729,8
RIO DE JANEIRO	RJ	99.674,8	48.053,7	33.540,5
RIO GRANDE DO NORTE	RN	83.004,1	131.415,6	309,3
RONDÔNIA	RO	28.944,7	88.564,5	408,8
RORAIMA	RR	10.136,6	78.030,3	14,2
RIO GRANDE DO SUL	RS	223.263,9	74.070,1	25.378,7
SANTA CATARINA	SC	127.774,4	40.256,0	13.629,4
SERGIPE	SE	47.885,0	130.704,7	105,7
SÃO PAULO	SP	435.214,9	31.454,9	42.513,1
TOCANTINS	TO	45.664,0	136.514,4	60,7
TOTAL		3.291.795,9	3.145.493,7	212.565,3

Obs.: Deduzidos 20 % do FUNDEB.

No Diário Oficial da União do dia 15 de dezembro de 2009, foi publicada a Portaria STN nº 744, de 14 de dezembro de 2009, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2010, disponível no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br.